



Aos sete dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, realizou-se, pelas dezasseis horas e trinta e dois minutos, na sala de sessões dos Paços do Município, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pela Sra. Presidente da Câmara Municipal Maria das Dores Marques Banheiro Meira e na mesma estiveram presentes o Sr. Vice-Presidente Manuel Joaquim Pisco Lopes e os Srs. Vereadores Fernando Jorge de Oliveira Paulino, Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ricardo Jorge Fialho Oliveira e Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira e Silva.

O Sr. Vereador Fernando Miguel Catarino José, esteve presente em substituição da Sra. Vereadora Sandra Marina Lopes Frota Gomes, ficando o pedido de substituição e o documento de verificação de legitimidade e identidade de membro substituto, em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 e 2

Secretariou a reunião, de acordo com n.º 3, do art.º 25.º, do Regulamento da Organização de Serviços em vigor, o Diretor do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos, Paulo Jorge Simões Hortênsio.

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito do seu gabinete, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 3.
- b) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito da Divisão de Gestão Financeira, do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 4.
- c) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito do Departamento de Urbanismo, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 5.
- d) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito do Departamento de Urbanismo (Licenciamentos), conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 6.
- e) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, no âmbito da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 7.
- f) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vereador Pedro Pina, no âmbito do Departamento de Cultura, Educação, Desporto, Juventude e Inclusão Social, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 8.

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Tenho uma questão simples e que já foi parcialmente respondida sobre a hipótese de um grande investimento para Setúbal e o interesse demonstrado pelo grupo Macau Legend, já que houve declarações por parte da Sra. Ministra do Mar, do atual governo. Depois houve um esclarecimento por parte da Câmara a dizer exatamente o contrário, e houve declarações dos representantes da Macau Legend que não confirmam, nem o que o governo disse, nem o que a Câmara diz, aguardam comunicações oficiais do governo. Isto já por si é mau e devo referir que independentemente de qualquer situação, e até no passado já apresentei uma moção acerca disso, não há nenhum ministro que deva fazer qualquer tipo de intervenções destas se porventura não estiverem coordenadas com a Câmara Municipal. Daí a primeira pergunta: se soube antes de a Sra. Ministra Ana Paula Vitorino falar de alguma informação, por via oficial, ou sobre alguma qualquer outra comunicação mais simples daquilo que foi o conteúdo das suas declarações. Pergunto ainda aquilo que foi o memorando de entendimento assinado entre a Câmara Municipal, o grupo Macau Legend, e os restantes parceiros das empresas do grupo Amorim, Blue & Green, e também da OxyCapital. Se esse memorando de entendimento assinado em 2016 ainda é o mesmo e persiste como base para se avançar com este investimento, ou se houve alguma alteração, ou se, porventura, há um outro que substitua este.

Sr. Vereador Fernando José – Neste dia em que a Comissão Europeia retirou Portugal da lista de desequilíbrios macroeconómicos excessivos, começo a minha intervenção por saudar o governo pela medida vertida no Orçamento de Estado de 2018. Isto no que concerne à valorização remuneratória dos trabalhadores em funções públicas, o desbloqueamento das progressões das carreiras há muito congeladas e a correção de distorções na aplicação dessa medida, nomeadamente, porque a progressão dos assistentes operacionais é bem demonstrativa de uma nova forma de fazer política em que os trabalhadores e as pessoas estão efetivamente primeiro. Esta é, para os governantes do Partido Socialista, uma preocupação primeira. Neste dia, também estamos prestes a assinalar mais um Dia da Mulher, a 8 de março. A criação de meios institucionais e legislativos que assegurem a liberdade de escolha de mulheres e homens, no que respeita à conciliação da vida profissional e familiar, é uma forma de concretização da prática de igualdade entre estes sendo a partilha equitativa das responsabilidades familiares condição essencial para garantir a participação equitativa das mulheres no mercado de trabalho. Caminhando nessa direção, foi aprovado em Conselho de Ministros, a 11 de janeiro de 2018, a Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação 2018/2030 “Portugal Mais Igual”. Essa estratégia apresentada traduz-se em planos para os próximos 4 anos, que serão avaliados ao longo da sua implementação, nomeadamente: o Plano Nacional de Ação para a Igualdade entre Homens e Mulheres; o Plano Nacional de Ação para a Prevenção e Combate à Violência contra Mulheres e Violência Doméstica; e o Plano Nacional de Ação para o Combate à Discriminação – a razão de orientação sexual e identidade de género e características sexuais. Cabe aqui também saudar o Governo por esta iniciativa. Nesta linha e tem-se em atenção que o assédio é um comportamento indesejado: gesto, palavra e atitude baseada em factos de discriminação praticada do próprio emprego com o intuito objetivo de perturbar ou restringir a pessoa, afetando a sua dignidade. Ou criar um ambiente incomodativo, hostil, degradante, humilhante ou desestabilizador, sendo que o assédio se pode verificar através de várias formas, nomeadamente através da promoção do isolamento social, do falar constantemente aos gritos, ou da não atribuição de funções. Pergunto se a Câmara Municipal de Setúbal tem em vigor um código de boa conduta para a prevenção do combate ao assédio no local de trabalho, e se sim, quando é que esse mesmo código foi aprovado. Sendo do conhecimento geral que o regulamento geral de proteção de dados entra em vigor a 25 de maio de 2018 e vem substituir a atual diretiva, a qual introduz desde logo a figura do encarregado de proteção de dados, pergunto o que estão a fazer no sentido de a 25 de maio termos o regulamento em vigor nesta autarquia.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Queria deixar uma opinião mais pessoal do que política. Enquanto frequentador, apreciador, ou consumidor de peças antigas, queria expressar a minha opinião relativamente à deslocalização da Feira de Velharias e Antiguidades, que se realiza no primeiro e terceiro sábado, na placa central da Avenida Luísa Todi. Esta deslocalização não traz vantagens nem para os vendedores, nem para o público que visita a feira, e nem para a baixa da cidade que deixa de ter o fluxo de pessoas que aos sábados, pelo menos duas vezes por mês, visitavam aquele espaço. Não sei se é uma decisão definitiva, ou se é apenas a tentativa de perceber se é viável a feira naquele espaço que penso que está preparado para receber esse tipo de eventos uma vez que só irá visitar quem efetivamente tiver interesse em adquirir algumas peças. Isso enquanto a feira na avenida era visitada por curiosos que visitavam Setúbal, ou pessoas que iam ao Mercado do Livramento e passavam por ali. É a minha opinião enquanto frequentador assíduo daquele espaço e daquela feira e que vê que esta deslocalização não trará certamente vantagens para cidade, consumidores e vendedores.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Sobre o comportamento do governo é importante as medidas que estão a ser tomadas, mas é importante também chamar a atenção para o facto de que o que distingue este Partido Socialista de outros é a contingência de haver acordos, sobretudo com o PCP, Bloco de Esquerda e “Os Verdes”, em que estão plasmadas grande parte das medidas que vão ser tomadas e que tem tido o impacto positivo que têm tido. É importante que isso seja dito, senão parece que estamos a falar do um governo PS com a sua orientação estrita e habitual.

Informo ainda que tivemos agora um período de intempérie, e que no caso de Setúbal e apesar de todos os problemas que aconteceram pelo País, tivemos só e de forma relevante algumas quedas de árvores e uma ação de corrosão das marés no Portinho da Arrábida. Estamos há uma semana a trabalhar ali, a repor a situação com pedras, e em meia dúzia de dias vai estar completamente definida aquela zona. De resto tivemos coisas pouco significativas. Nas zonas de inundação em Setúbal interviemos de uma forma sistemática e regular, houve um comportamento adequado e não houve inundações. Uma outra questão tem a ver com o próximo fim-de-semana. Vai haver outra vez um período de intempérie grave na sexta-feira, sábado e domingo. Vamos ter ondas de 8 metros, ventos e chuvadas fortes. Temos o dispositivo municipal de proteção e máquinas no terreno, pelo que gostaria de deixar a garantia de que tudo vai ser feito para que se mantenham em condições as situações que vão acontecendo. Os serviços vão intervir e fazer uma recomendação para as situações de chuvas e ventos muito fortes, etc., para que as pessoas se recolham e não circulem muito, sobretudo na zona ribeirinha da Serra da Arrábida, especialmente nos momentos de maré cheia e visto que as ondas batem naquela zona. Esta é uma nota de algum alerta, mas também de segurança e na medida em que tudo está a ser feito para que as coisas corram bem como correram até agora nestes quase 10 dias de intempéries. As coisas em Setúbal têm corrido bastante bem, para aquilo que é o habitual.

Sr. Vice-Presidente – Sobre as questões levantadas pelo Sr. Vereador Nuno Carvalho só queria dar uma nota de naturalidade em relação ao que coloca, porque elas representam precisamente o objetivo pretendido, e já por duas ocasiões. A Sra. Ministra Ana Paula Vitorino levantou coisas que foram utilizadas como dúvidas nos meios de comunicação social e que primam pela difusão daquilo que é “suspeitismo”, aquilo que é uma grande dúvida, o que fica nas entrelinhas... Basta uma afirmação banal de que, por exemplo, é preciso que a marina não interfira com a principal linha da navegabilidade do Rio Sado, o que é uma obviedade. Estas áreas têm de ser definidas pelo Ministério do Mar e pela APSS, mas dizendo isto parece que se levanta uma dúvida, uma suspeita sobre a viabilidade, etc... Agora voltou a dizer coisa idêntica e acho que isso é mau para nós e para a opinião pública, mas, sobretudo para nós que temos um papel na decisão política, caso seja necessário vir a tomar-se uma. Alimentarmos este tipo de coisas não, porque o relevante é termos investidores e interessados que assumam publicamente assinando um documento a confirmar a sua

2

intenção de um investimento no quadro das normas e das regras que as autoridades nacionais venham a definir. Voltar a afirmar que isto está de pé, outra vez, faz muito mal a Setúbal e ao futuro dos setubalenses, alimentando-se este tipo de dúvidas que vêm quase sempre da mesma origem. Quanto a esta comutação, Sr. Vereador Fernando José, de vereador ausente para vereador presente e prolixo nas suas considerações vastas e elogiosas ao seu governo, tenho alguns pontos sobre a gestão de recursos internos da Câmara. Quer assacar todo o mérito ao Partido Socialista no desbloqueio das carreiras. Tenho de lembrar que foi à força de “empurrão” da geringonça que foi conseguido e que isso irá para a frente, porque a resistência dos ministérios e dos serviços é coisa que nunca tem faltado. Aqui já está preparado, e vai ser, no limite, no mês de abril. Espero que todos os serviços públicos consigam nesse prazo também, fazer os pagamentos dos retroativos desde janeiro no desbloqueamento das carreiras. Essa é uma decisão que consta na Lei do Orçamento de Estado para este ano, portanto, teve de ser preparada um pouco a correr, mas julgamos estar na dianteira daqueles que vão aplicar rapidamente e ultrapassando o que o Governo prometeu na própria lei, e que era a reformulação das tabelas e posições remuneratórias que ainda estamos à espera, suscitando-se aquelas dúvidas que com a regularização se é a terceira ou a quarta. Aqui é a quarta, a leitura e a interpretação estão feitas, mesmo antes de vir através das FAQ’s da DGAEP, não como uma solução política, mas era assim que devia ter vindo e com o esclarecimento cabal de qual é a primeira posição remuneratória para respeitar a diferenciação positiva em 28 euros. Ainda não foi feita, mas vem nas perguntas frequentes. Quando o Sr. Vereador puxa os méritos do governo do Partido Socialista, e a só a este partido, não se esqueça dos parceiros que empurraram a solução e que estão a puxar por ela.

Quanto à questão das medidas de prevenção e do plano de contenção do assédio, de facto, não há na Câmara de Setúbal todos os planos de contenção de riscos, mas se no Ministério do Trabalho e Segurança Social houver, então pedia que nos mandasse para termos como referência e aplicarmos.

Sra. Presidente – Quanto à questão da Macau Legend colocada pelo Sr. Vereador Nuno Carvalho não há desistência do processo, e com o devido respeito pela comunicação social também tenho algumas reservas se foi mesmo assim que a Sra. Ministra terá feito a sua intervenção. Não ouvi o enquadramento, não sei o contexto e não posso dizer que ela terá dito assim, porque já no passado se criaram algumas confusões. Assim, prefiro falar com a Sra. Ministra porque na outra vez entendemo-nos e acho que nos vamos entender novamente. É preciso saber exatamente o contexto e o que foi dito, porque por vezes basta uma vírgula ou uma palavra estar descontextualizada e parece que foi dito de outra forma. Não tenho essa informação e não vou desmentir em relação ao que a Sra. Ministra disse, não sei, e também não estou a pôr em causa o que a comunicação social escreveu. Só posso dizer que a informação que temos é que a Macau Legend está para concurso, e, portanto, mantém o interesse no projeto. Foi graças à Macau Legend que aquilo tudo se despoletou, foi quando apresentou interesse em fazer ali um grande projeto e hoje aparecem mais pessoas, grupos internacionais em fazer algo parecido, a irem ao concurso da marina de acordo com os parâmetros da APSS e de um grupo de trabalho que tem elementos da câmara. Vai ser lançado rapidamente e a Macau Legend estará em concurso em pé de igualdade com os outros que irão concorrer. Tive uma reunião com a Macau Legend e há continuidade e interesse pelo projeto, querem ir a concurso. Em relação às declarações da Sra. Ministra não vou dizer mais nada e nem criar mais nenhum cenário. Em relação ao código de conduta já foi respondido pelo Sr. Vice-Presidente. Em relação à proteção de dados já estamos a fazer ações de formação e há empresas com as quais estamos a contactar para que seja implementado. As ações de formação já estão a decorrer em relação a esta normativa e a este despacho por parte do governo.

Sobre a Feira de Velharias avisámos muitas vezes, mas as pessoas não têm o mínimo respeito. Pagam muito pouco para estarem ali e isso não estaria em causa se respeitassem o espaço, o que não aconteceu. Isto em relação a um regulamento que criámos sobre os

chapéus, limpeza e espaço ocupado que aumenta em área para o dobro ou para o triplo e depois as pessoas não conseguem passar, ou então passam com dificuldades, tal como o Sr. Vereador bem sabe. O mais grave é haver carros em cima da placa. Passamos o tempo todo a retificar o piso devido ao peso das carrinhas. Há coisas que podem ser transportadas em duas ou três caixas, mas põem ali as carrinhas durante horas. Gastamos dinheiro demais para manter a Feira de Velharias. Quanto ao município o que aquilo traz não é só uma atividade comercial, mas também lúdica, nós mesmos e muita gente gosta de lá ir, mas gastamos muito com a reparação das calçadas e com o número de funcionários para limparem aquilo. Fica tudo cheio de lixo, as papeleiras, os caixotes, e o próprio piso tem de ser todo limpo. Entra sempre uma equipa de limpeza depois de eles saírem. Ficam ali dois ou três fiscais a coordenar a tomar conta durante o dia inteiro. Não há respeito consonante com aquilo que causa de prejuízo e assim decidimos colocar a feira num espaço que foi criado exatamente para este tipo de eventos, pois faz-se lá a Feira da Bagageira e algumas iniciativas de turismo. Aquilo tinha um piso de pedra, até mais estreito, alargámos e colocámos água, esgotos e tomadas de eletricidade. Na Avenida Luísa Todi não têm isso. Além disso as árvores dão sombra e mesmo se não puserem sombrinhas não há problema nenhum. Aquilo também tem bancos e espaço para porem os carros nas traseiras. Tem tudo para se criar habitação nas pessoas para irem para ali. Vamos começar a pôr lá também o Mercado Agrobio, que estava no Jardim do Quebedo, exatamente porque ali há esgotos e poderá haver sempre atividades. O Agrobio é durante a semana e cada um tem o seu espaço e o seu tempo, e isto sem degradar as calçadas. Não pode ser de outra forma, senão bem podia “chover dinheiro” para se estar a reparar aquilo. As covas são bem visíveis agora mesmo, até por causa do que tem chovido.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Pegando nas palavras da Sra. Presidente, também não vou alimentar uma discussão na qual também não conheço em que moldes foram ditas as coisas, pois desconheço o seu contexto. Aquilo que penso que é importante é ouvir, da boca da Sra. Presidente, especialmente, o reafirmar da relevância do investimento, e em especial da marina. É importante porque se foi apresentado, proposto e existem intenções de um grande projeto que deve ser visto de uma forma mais global, também é verdade que existe um investimento-âncora e que é muito desejado em Setúbal, a marina, per si. Também foi dada muita ênfase a essa infraestrutura da marina, quando foi anunciada esta intenção de investimento. A meu ver também lançou muita confusão sobre a discussão, e lá está, com uma palavra ou uma frase mal situada, e foi a própria empresa que veio dizer que a marina não é o seu *core business*, mas sim o hotel, o casino e o jogo, o lazer, a restauração, etc... Ainda agora vieram notícias da própria empresa dizendo que até já poderiam ter investido numa unidade do Cais 3, recuperando aquela zona, se tivesse autorização. Acho que quem decide deve apostar e dar relevo acima de tudo à infraestrutura marina. Esse é que o grande investimento, porque, obviamente, queremos mais hotéis, mais espaços que dinamizem a cidade, mas a marina é que é o mais relevante em todo este investimento. Gostava de perceber se este é também o entendimento da Câmara Municipal, se a marina é efetivamente o cerne e aquilo em que estamos e vamos apostar com um concurso público que há de vir. Não interessa quem está interessado, ou não, o centro da minha intervenção é perceber se realmente a questão da infraestrutura da marina é realmente o que é relevante neste projeto para a Câmara Municipal, e depois todas as infraestruturas que necessariamente têm de aparecer à volta deste investimento.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Agradeço a resposta às minhas questões, e também aquilo que o Sr. Vereador Paulo Lopes aqui disse. O ponto crucial e diferenciador face às primeiras duas vezes em que ouvimos falar deste projeto tinha a ver com a marina, que é aquilo que é o mais interessante para Setúbal e para o seu potencial. A minha pergunta sobre o memorando que foi assinado, se podia ser potencialmente cumprido, ou não, é porque isso assentava como motor de arranque e aquilo que ia dar tração a isto tudo era naturalmente o Casino de Troia e a vinda de licença. Isso ganhou outros contornos, é normal, isso é a economia a

funcionar e houve efetivamente alterações no que diz respeito àquilo que é a estrutura de domínio sobre quem tem essa licença. Isso, naturalmente, também afeta a própria validade deste acordo tal como a própria intenção do município, e queria que confirmasse se tem a ver com a marina. Ora, qual é a questão relevante aqui? É importante explicar se o entendimento que estou a fazer é o correto, é que estamos a falar neste momento de uma marina e não daquele 3D que apareceu nos jornais, etc., que é outra coisa completamente diferente. Se calhar pode vir a acontecer, porque tinha lá uma marina pelo meio, mas é, de facto, um projeto que envolve outro tipo de investimento. Isto é importante esclarecer porque nem se percebe se eventualmente a Sra. Ministra respondeu exatamente da forma como foi dito e se não acrescentou mais do que ali foi dito. Se acrescentou mais informação não sei qual foi, mas, porventura, a resposta que deu foi relativamente ao 3D que vimos há uns anos atrás e invadiu os jornais em todo o lado, ou se foi sobre a marina. Tenho dúvidas, porque o governo não ia ter intenção de lançar um concurso e depois andar a anunciar quem está interessado. Isso não faz sentido nenhum, lança o concurso e quem quiser aparece. Creio, e é uma presunção da minha parte, que a resposta é sobre algo que vai ser ultrapassado, porque é mesmo assim, já que os projetos e as coisas mudam. Aquilo que envolvia o casino e uma série de prédios, o que neste momento não está em cima da mesa, e porventura poderá vir a estar, mas o cerne é a marina. Essa é que é a questão. É importante esclarecer, porque estes investimentos são um suporte importantíssimo para aquilo que é também a própria previsão de crescimento e investimento em Setúbal e a expectativa dos setubalenses, portanto, nesse sentido e tal como disse também o Sr. Vereador Paulo Lopes, pergunto sobre a marina e nada mais.

Sra. Presidente – Em relação a isso cada um faz as suas conjeturas. Vai sair um caderno de encargos para a marina e não há mais nada a dizer, portanto, não vamos estar com dissertações. Em relação à Macau Legend disseram que gostariam de fazer as coisas de certa maneira, e foi assim que se assinou o protocolo. Uma coisa é o que eles gostariam de fazer e outra coisa é o que vai ser o caderno de encargos, e se eles concorrem, ou não. Informo que na semana passada estive comigo, no Congresso da Urban Future Global Conference, realizado em Viena de Áustria, as chefias do Urbanismo. Estivemos na conferência sob o *slogan* “City Changer”, que tinha a ver com urbanismo, sustentabilidade, eficiência energética, reabilitação urbana, mobilidade, construção inteligente, e *smart cities*. Esta conferência é o maior ponto de encontro mundial de partilha de experiências com entidades e pessoas que têm interesse em serem agentes de mudança nas suas cidades. Estiveram neste congresso presidentes de câmara, arquitetos, técnicos dedicados à mobilidade, urbanistas, cientistas, promotores da sustentabilidade, ambientalistas, peritos em inovação, e muitos outros, sendo a sua próxima edição em Oslo. A participação de um painel alargado e específico de especialistas, bem como dirigentes políticos e técnicos das administrações de um vasto número de cidades europeias e outras cidades mundiais fazem deste evento uma oportunidade única para a tomada de conhecimento sobre o que melhor se está a fazer na Europa em matéria de gestão urbana sustentável, permitindo assim a troca de experiências, a realização de contratos e parcerias de desenvolvimento de novos projetos urbanos. Teve a participação de 3 mil pessoas de 400 cidades e decorreu em 57 sessões diversificadas com duzentos oradores. As nossas chefias do Urbanismo foram todas e participaram de manhã à noite num grande número de *workshops* que se espalharam pela cidade. Uma chefia foi parar a 30 quilómetros de distância do sítio onde estava a realizar-se a conferência para retirar experiências técnicas de construção, por exemplo, em construções de habitações em madeira e rentabilidade. Os outros estavam todos espalhados pelos vários *workshops*. As principais temáticas nos *workshops* foram experiências de planeamento urbanístico, comunicação e liderança, recursos e mobilidade. Também tivemos desenho urbano, habitação e acolhimento, edifícios sustentáveis, a *smart city* invisível, espaços de trabalho inovadores, a cidade criativa, infraestruturas como bem público, e depois um *workshop* dedicado a Viena desconhecida e que tinha a ver com más experiências que depois resultam em projetos de grande notoriedade e sucesso. A Câmara Municipal teve a visão

estratégica e inovadora de participar neste evento internacional, até porque é também a primeira vez que os técnicos do Urbanismo foram desta forma participar numa coisa tão importante. Foi com grande satisfação e orgulho que tive oportunidade de verificar o nível técnico e profissional dos nossos técnicos pela forma como participaram, como se integraram, discutiram e demonstraram conhecimento sobre os temas que estavam a ser apresentados e pelas questões que apresentaram. Já não tinha muitas dúvidas da qualidade dos nossos técnicos, mas tive oportunidade de verificar nos dias todos em que ali estivemos e cheios de frio, com temperaturas de -9 a -14 graus, todos equipados para a neve e a “bater o dente”. A Câmara Municipal assinou ainda o compromisso do Covenant of Mayors for Climate and Energy, um pacto de autarcas que já assinamos em Bruxelas para mudanças até 2020, e agora assinamos até 2030. Trouxe um programa para cada um dos Srs. Vereadores para perceberem o interesse desta atividade e como foi a participação de todos e a forma como se dedicaram a isto. Quero aqui e publicamente dizer aquilo que já desconfiava do pessoal, de todos e em particular os do Urbanismo, e que se veio a concretizar. Isto porque era um pouco cética no sentido de que pensava que deviam fazer mais, ou que algo não estava a ir bem. O ex-vereador André Martins dizia que não é bem assim, eles trabalham e fazem, mas às vezes não ficava muito convencida, porque ele era muito “caladinho” e os técnicos também. Portanto, tive oportunidade agora, com a responsabilidade que tenho na área do Urbanismo, de perceber o trabalho fantástico e de grande transformação que já ali se faz. Agora tive oportunidade de ver como é e perceber que, de facto, o nível dos técnicos é muito grande. Fazem um PDM sem terem de recorrer a equipas externas quando quase todas as câmaras do País têm de o fazer. O PDM vai ter a sua primeira apresentação no dia 28 para a Assembleia Municipal, Câmara e juntas de freguesia, no Salão Nobre. É o primeiro esboço do PDM para ver se em junho ou julho está a ir para consulta de mais de 50 entidades que têm de dar pareceres em relação a isto. Tem de ir para a CCDR para discussão pública e à Câmara e Assembleia Municipal para ver se no final do ano este PDM está pronto. Portanto, quem faz este PDM e tantas outras coisas difíceis e de grande complexidade merecia, de facto, ter esta experiência e *know-how* no seu currículo. Aprenderam com as experiências e com aquilo que viram dos outros técnicos de 400 cidades que lá estavam. Foi muito enriquecedor, como se demonstrou numa reunião que lá fizemos entre nós. Penso ainda que se criou mais motivação para o trabalho e para o desenvolvimento da transformação que queremos para a cidade, e uma outra visão a partir de outras cidades. Cada uma tem a sua especificidade, a sua história e cultura, mas há coisas simples que se podem aplicar na globalidade das cidades, são fáceis e podem ajudar a melhorar o nosso trabalho.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Antes de se entrar nas recomendações e saudações queria deixar uma nota de pesar pelo falecimento de Manuel Ernesto, que foi um vice-presidente do Vitória Futebol Clube nas direções de Fernando Oliveira, na última direção que se demitiu em novembro do ano passado, onde desempenhou vários cargos diretivos. Faleceu ontem com 61 anos. Foi um vitoriano e um homem que deixou também a sua marca na sua passagem pelo clube. Independentemente do que se possa pensar são sempre homens que dão o melhor que sabem e que podem ao seu clube.

Nesta altura dos trabalhos foi feito um minuto de silêncio pelo falecimento de Manuel Ernesto.

Sr. Vereador Fernando Paulino - Leu a saudação “Pela Redução do IMI no concelho de Setúbal”, ficando a mesma anexa à presente ata, sob o registo n.º 9:

“É do conhecimento de todos que o Partido Socialista de Setúbal vem defendendo há vários anos a redução progressiva da taxa de IMI aplicada aos prédios urbanos, com vista ao desagramento da carga fiscal de responsabilidade municipal aplicada nos setubalenses e azeitonenses.

Considerando tudo o que é conhecido quanto à fundamentação das diferentes posições assumidas sobre a matéria, quer por parte do Executivo Municipal, de maioria CDU e das

forças políticas que o acompanham, que sempre justificaram a aplicação da referida taxa máxima como uma obrigatoriedade.

Quer por parte da oposição, que defendia o contrario considerando os vários pareceres da DGAL, IGF e a mais recente alteração legislativa, por força de uma proposta do Partido Socialista, que apresenta a possibilidade de, através da alteração do artigo 35º, da Lei nº 53/2014, de 25 de agosto, Lei que regula o Programa Ajustamento Municipal (PAM), sob a tutela do Fundo de Apoio Municipal (FAM), dos municípios aplicarem a taxa que entenderem, desde que demonstrem que daí não resulta a colocação em causa do cumprimento integral das suas obrigações;

Considerando o conteúdo da Carta do Senhor Secretário de Estado das Autarquias Locais onde se afirma categoricamente que esta Autarquia não estava e não está obrigada aplicar taxas máximas de IMI.

A Camara Municipal de Setúbal

Saúda todos aqueles, cidadãos, autarcas e membros da Administração Central, em particular os membros do XXI Governo Constitucional, liderado pelo Partido Socialista, que contribuíram para o esclarecimento cabal da questão, abrindo portas à inevitável e tão desejada redução da taxa de IMI no Concelho de Setúbal;

Saúda, igualmente, a iniciativa que agora terá de ser desenvolvida no sentido de, honrando o discurso antes afirmado, se apresentar proposta, em sedes próprias e em tempo certo, de uma taxa de IMI que configure a efetiva redução dos montantes pagos pelos cidadãos contribuintes, Setubalenses e Azeitonenses.”

Sr. Vice-Presidente – Peço um esclarecimento, ouvi: “a Câmara Municipal de Setúbal saúda”, mas é a bancada do Partido Socialista que pretende fazer uma saudação, ou pretende que a Câmara assuma a saudação?

Sr. Vereador Fernando Paulino – Se for aprovada é a Câmara Municipal, obviamente.

Sr. Vice-Presidente – Propõe ao executivo que faça uma votação sobre a saudação? Então temos a questão das figuras e quero chamar a atenção para o seguinte. Já aconteceu na reunião anterior e parece que passou a ser uma metodologia corrente usar novas figuras para se fazer eco das posições. A recomendação é uma delas e a saudação passa agora a ser outra. Quero lembrar que as deliberações dos órgãos executivos só podem ser tomadas sobre os assuntos constantes da ordem de trabalhos. Todos sabemos disso, por isso usar esse truque no Período de Antes da Ordem do Dia, de pretender assumir deliberações que não são previamente apresentadas e incluídas é um subterfúgio. Uma saudação todas as bancadas são livres de o fazer, deixando-a registada e se esta for assumida pelas bancadas. Naturalmente pode haver um consenso em certas saudações, mas uma recomendação é ainda pior, e é fácil de entender, ninguém recomenda nada a si próprio. Uma recomendação é uma figura que tem um destinatário, normalmente um terceiro órgão ou outra pessoa, agora a Câmara recomendar a si própria não faz sentido a não ser que os Srs. Vereadores partam do equívoco que um órgão é a maioria nesta câmara e a oposição é um órgão diferente. Não é assim, somos todos membros do mesmo órgão. Recomendar a si mesmo não faz qualquer sentido, por isso, façam todas as declarações políticas que entenderem, é isso a liberdade democrática, mas pretender que o órgão executivo todo assumam as vossas opiniões é exagerado. Não faz muito sentido e nem tem lógica. Se a Assembleia Municipal adotar uma recomendação dirigida ao órgão executivo está entendido. Se houver competências que são só da Assembleia e se a apresentar faz uma proposta, pelo menos é assim que tem acontecido. Os senhores ou assumem como propostas de deliberação as vossas posições políticas sobre o assunto, ou deixam de usar os subterfúgios da saudação e da recomendação. Acho que é muito mais claro. É uma saudação e depois vem a opinião política ao se saudar os munícipes em geral e o “mundo” em particular, porque têm uma leitura do Sr. Secretário de Estado que vai ao jeito daquilo que entendem. Vai ao jeito a partir do Orçamento do Estado para 2018, esquecendo-se de dizer o essencial. Só depois de



mudarem o quadro legal é que o Sr. Secretário de Estado vem dizer que se pode considerar que o município está de mãos livres nesta matéria. Ora assim parece que estão a dar a entender que ganharam uma guerra política, quando ninguém ganhou nenhuma. Discordo que seja posto à votação figuras que não cabem no procedimento que o regimento e a lei preveem, porque para isso teriam de constar na ordem de trabalhos. É perfeitamente legítimo que os Srs. Vereadores queiram assumir uma posição política pelo município, que a proponham e discutiremos isso. Já estes subterfúgios não me parecem legítimos.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Não propomos a votação por uma razão, é que damos como um dado adquirido e por isso saudamos. Depois de todas as intervenções que já foram feitas ao longo dos últimos anos em que propusemos várias vezes, os senhores na altura votavam contra mediante um argumentário mais do que conhecido, que estavam impedidos. Perante a carta do Sr. Secretário de Estado agora já ninguém pode ter dúvidas, e, portanto, damos como adquirido que o IMI vai baixar e por isso saudamos o momento. Discordo do Sr. Vice-presidente, porque no artigo 30.º do regimento, diz: “no período de antes da ordem do dia a palavra é concedida pelo Presidente aos membros da câmara para os fins e com os tempos de intervenção a seguir indicados: *“alínea a), apresentar moções, requerimentos, recomendações, louvores, votos de pesar, e outros de interesse para o município”*. Se quiserem votar votam, mas faz todo o sentido apresentar moções e votá-las a favor, ou não. Não estou a perceber a sua intervenção, é óbvio que tem de ser votado porque senão qual é o objetivo político de apresentarmos aqui uma moção e depois não ser votada? Não faz sentido. Se há um problema resolve-se, altera-se o regimento e falamos internamente para ver qual é a melhor forma, mas o que está previsto é o que faz todo o sentido numa situação que já vem de há vários anos. Este tipo de procedimento já é recorrente, vem de traz. Se o senhor Vice-Presidente discorda do regimento, então que se faça uma proposta de alteração, mas agora há que seguir o que está previsto claramente: que se pode apresentar moções, requerimentos, recomendações, louvores, votos de pesar e outros assuntos.

Sr. Vice-Presidente – Coloquei a questão na deliberação, apresentar é uma coisa e deliberar é outra.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Sobre a intervenção do Sr. Vice-Presidente, respeito muito a sua opinião sobre aquilo que é o regimento, fica devidamente registado, e agradeço-lhe as suas notas. Sobre aquilo que é a saudação apresentada pelo Partido Socialista acho que há aqui dois pontos a destacar. O primeiro tem naturalmente a ver com o facto de mencionar que a Câmara não está e nunca esteve obrigada a manter a taxa máxima. Uma questão é o entendimento que porventura possa ter existido, mas aparentemente, e se calhar, de forma bem esclarecedora, esse impedimento nunca existiu. Isso é que é importante que fique aqui bem focado. Sugeriria ainda que o Partido Socialista pudesse ter em linha de conta que esta comunicação não me foi entregue enquanto vereador. Foi entregue pelo Sr. Secretário de Estado ao município de Setúbal, e é o culminar daquilo que são um conjunto, como aqui se faz referência, de vários documentos e iniciativas de todos os partidos, autarcas e cidadãos, inclusive, onde se inclui a petição. Nesse sentido compreendo que queiram destacar especialmente este documento, mas creio que deve ser destacado tudo por igual, pelo que sugeriria que não se desse um estado especial, mas global, porque senão estamos a dar um mérito a uma parte de um bolo muito grande. Se for possível alterar esta parte “em particular, os membros do governo constitucional liderado pelo Partido Socialista”, sugiro-o. Não vou votar contra a saudação por causa disso, é só uma sugestão. Não sei se, porventura, por uma questão de economia de tempo, se devo ler ou não a minha recomendação, e pergunto à Sra. Presidente, sendo que este é o tema que está a ser discutido, ou até posso dispensar a leitura já que isso não me incomoda.

Sra. Presidente – Dispense porque estamos a falar disto.



Sr. Vereador Pedro Pina – Creio que foi apenas por lapso, provavelmente, que o Partido Socialista nos quis trazer uma saudação pelo finalíssimo esclarecimento que tanto tempo foi difícil ser apresentado por parte do governo, mas surpreende-nos. Não sei se existe alguma orientação da parte do governo do Partido Socialista para os seus militantes e para as suas concelhias, para que os seus eleitos em cada momento tenham de fazer uma saudação a todos os atos do governo. Hoje já assistimos a este louvor estendido a todas as ações do governo e mais uma vez agora assistimos por via desta saudação um enormíssimo louvor àquilo que é a atitude do governo. O que creio que vale a pena relevar é que continuamos, da parte da oposição, a não ter outra matéria de discussão que não seja o IMI. Estamos já com cerca de oito meses de mandato e infelizmente aquilo que continuamos a assistir da parte da oposição é o recorrente tema. Lamentamos e agora configura-se mais uma vez que até a própria oposição atrapalha-se nessas figuras, portanto, não sabemos se é uma moção ou uma saudação. Continuamos a aguardar, e ainda temos algum tempo de mandato, que venham outros temas à discussão. Creio que o Partido Socialista no último mandato apresentou duas propostas em reunião de câmara. Uma sobre o IMI – vejam a coincidência –, e outra sobre o Wi-Fi. Isto ao longo de 4 anos de mandato! Agora temos o IMI em formato de saudação. O Sr. Vereador Nuno Carvalho, até porque teve oportunidade de utilizar outros meios de comunicação, nomeadamente o Facebook, e porque foi pessoa empenhada nesta matéria, reconheça-se, mas está novamente a falar do IMI e de uma famosa petição. Estando agora assumido por todos os intervenientes nesta matéria, e clarificada a mesma, creio que também este é o momento para encerrarmos e clarificar um ponto que tanta dúvida suscitou e que tem a ver com a famosa petição e com os rumores que foram levantados pelas ditas assinaturas falsas. Tenho aqui a lista, que posso dispensar, com as assinaturas e com alguns nomes sublinhados. Pedia ao Sr. Vereador Nuno Carvalho que clarifique de uma vez por todas se é verdade, ou não, que alguns dos nomes que constam desta lista são falsos. Se quiser, se entender, definitivamente arrumar o assunto terei disponibilidade para lhe dispensar a respetiva lista. Poupar-lhe-ei trabalho, porque sublinhei alguns nomes sobre os quais existem dúvidas efetivas, e, portanto, peço que clarifique se é, ou não, verdade que existem nomes falsos na lista da dita petição, ao contrário daquilo que enuncia e informa os munícipes. Seria bom, tal como a inverdade do título desta saudação pela redução do IMI no concelho de Setúbal a partir de uma premissa, que independentemente das circunstâncias da informação, na verdade ainda não é um facto. É um pressuposto que decorre da informação que esta câmara tem, também seria bom que definitivamente este anátema da petição fosse clarificado e que os munícipes de Setúbal definitivamente soubessem a verdade sobre os nomes que constam, ou não, de uma forma falsa na dita petição. Tenho aqui a listagem e se for preciso certamente que os serviços da câmara podem disponibilizar, mas, com certeza, isso ficaria a cargo do Sr. Vereador, se for esse o seu entendimento.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Acho que está equivocado, vim para uma reunião de câmara e não para uma reunião com Sr. Vereador Pedro Pina. Se me quiser fornecer a lista que tem em mãos ficava muito grato, e se fizesse passar pelos Srs. Vereadores ficava bastante agradecido. Ainda não percebi se algum de nós diverge efetivamente sobre aquilo que são os objetivos de fixar a taxa do IMI no concelho, ou seja, se todos queremos efetivamente fazer redução de IMI este ano, porque é isso que é o tema das recomendações, e tudo o mais. Tenho aqui uma lista de nomes que não consegui contabilizar, não sei se são por folha, ou não, mas vamos imaginar que estão aqui quinhentos e vou-lhe fazer um favor. A petição que recolheu, em vez de 5.518 assinaturas, 5 mil com toda a certeza pela validação do Sr. Vereador Pedro Pina são verdadeiras, está arrumado o assunto e depois o resto verifico.

Sr. Vereador Pedro Pina – Mas não quer ler? É porque são rumores de que são falsas.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Só pergunto se o Sr. Vereador pode interromper-me sempre que quiser. Nesse sentido, se quiser que leia, fale de nomes e vou-lhe começar a falar dos nomes dos contribuintes que pagam a taxa máxima e não daquilo que é um movimento cívico

4

que aparentemente quer tentar disponibilizar nomes. Se quiser podemos verificar qualquer dia os nomes, um a um, tudo bem, posso arranjar tempo e marcar na minha agenda, ou então podemos falar da fixação da taxa de 0,45% para 0,40%, porque este é que é o ponto. Desculpe, mas não vou nesse tipo de politiquices. Não vou discutir isto aqui e nem desta forma, nem vou dar, nem de perto e nem de longe, qualquer tipo de gás esse golpe de asa que quer aqui. Não é que não seja pouco inteligente da sua parte, tenta sê-lo. Mas se quiser posso devolver-lhe de uma outra forma, se o documento que o Sr. Secretário de Estado emitiu faz referência, ou não, porventura, à petição porque igualmente a entreguei ao governo e se coloca em causa o próprio governo sobre alguma assinatura, porque não foi só aqui que entreguei. Não é só a sua validação que conta, e, aparentemente, segundo a sua própria opinião, também não é só a opinião da Câmara que conta, era preciso a do governo. Pergunto se este documento faz referência, ou não. Ou também não viu o documento e esteve a contar nomes? Se queremos ser sérios vamos apresentar os documentos que foram apresentados. Entreguei a petição com os nomes todos e tive essa honestidade intelectual. Onde é que está o documento do governo e se faz ou não referência à petição? Seja completamente honesto e forneça-me agora o documento que vou ler. Seja completamente honesto, porque estou disposto a discutir isso consigo. Fico a aguardar.

Sr. Vereador Pedro Pina – Ficou clarificado e passo a ler a informação do Sr. Vereador Nuno Carvalho, no seu Facebook: “Até lançaram rumores de que a petição tinha assinaturas falsas”. Estão lá e não conseguem argumentar.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Estou de acordo com a questão processual que o Sr. Vice-Presidente levantou em relação ao documento do PS. O organismo não recomenda a si próprio coisa nenhuma, e não faz sentido a forma como está. Por outro lado, creio que está claro que no novo quadro legislativo em vigor que é possível baixar a taxa. Também está claro que, assim como sempre disse, que no momento em que se tivesse da parte do governo a confirmação de que se podia baixar iria tomar medidas para baixar a taxa. Mas, estes dois documentos são completamente a destempo, porque vêm colocar uma coisa que a CDU já disse. Vem no momento em que não vai ser definida taxa nenhuma. A taxa vai ser discutida no tempo próprio, lá para setembro, e cada força política apresentará as suas propostas e vai ser feita uma discussão à volta disso. Não consigo entender, a não ser para marcar agenda e à falta de mais assuntos, a insistência permanente na matéria de IMI e com diversas figuras. Insisto, é uma matéria a destempo em termos de debate e porque essa discussão vai ser feita seguramente no tempo certo e integrando os documentos provisionais do orçamento do ano seguinte. É isto que queria deixar para não continuarmos nesta discussão permanente. Já agora deixo outra nota, vamos ver já a seguir que o governo para o Partido Socialista é muito importante quando dá jeito, quando não dá jeito não existe interesse. Vamos ver já a seguir que há uma situação que não vai mesmo interessar. Devíamos encerrar esta discussão em sede de câmara e aguardar pelo momento certo e ganhar tempo para outros assuntos.

Sr. Vereador Fernando José – Quanto a este tema os vereadores do Partido Socialista não consideram que exista um executivo de elementos que efetivamente estão no exercício de funções a tempo inteiro e outros que fazem oposição. O que parece, por vezes, é que aqueles elementos que estão no exercício de funções a tempo inteiro esquecessem-se dos outros que não estão a tempo inteiro e que vêm às reuniões às quartas-feiras. Há que lamentar o facto de a Câmara Municipal de Setúbal, nomeadamente de a Sra. Presidente ter recebido um esclarecimento por parte do Sr. Secretário de Estado, e os vereadores do Partido Socialista terem tido conhecimento apenas da parte que quiseram passar para os munícipes através do Facebook. Foi através do Facebook do município que tivemos conhecimento da existência de um esclarecimento do Sr. Secretário de Estado. Agem avançando para o Facebook e dando apenas parte desse documento. Ora, para que não restem dúvidas vou ler a última frase desse mesmo documento, na conclusão: “O município de Setúbal podia e pode fixar a taxa de IMI nos termos do artigo 112.º, do decreto-lei 287/2003, de 12 de novembro”.

Sr. Vereador Fernando Paulino – A interrogação do Sr. Vereador Pedro Pina foi uma manobra de diversão mal conseguida, porque falaram da lista entregue pelo PSD, quando estamos a discutir não uma recomendação do PS, mas sim uma saudação que é muito clara. É com base nos discursos antes afirmados pelos senhores em Assembleia Municipal e nesta câmara, que havendo a possibilidade e a clarificação de que seria possível baixar o IMI, essa taxa seria efetivamente baixada. Portanto, é com base nestas informações que apresentámos e com as démarches feitas pela população, autarcas e pelos partidos políticos todos e que culminou com esta proposta do governo do PS. Portanto, não há aqui nenhuma inverdade. Sr. Vice-Presidente, as saudações podem, ou não, ser votadas. Não é uma recomendação, mas uma saudação e o senhor confundiu-se aí. Podem votar a favor, ou não, mas isso é uma questão que assumem.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – De facto acompanho a reflexão que o Sr. Vice-Presidente referiu sobre a câmara de saudar-se ou recomendar-se a si própria, o que fica mal. Há também questões que devem ficar claras. Quando os Srs. Vereadores procuram fazer passar uma perspetiva e uma ideia de que a sua postura é construtiva é numa lógica que não entra em *fait divers*, como aqui já foi referido. Era bom que fossemos todos honestos e perceber se somos vereadores todos os dias e temos essa postura todos os dias, ou só de vez em quando. Gostaria de perguntar se há algum entendimento que a possibilidade de contratação de quadros, assessorias ou de consultores para uma autarquia tem o entendimento de “tacho”. É bom clarificar certas insinuações. Quando se discute taxas municipais, nomeadamente a do IMI, porque é que fazem simulações de “tacho”? Um título de opinião política não corresponde a um trabalho da edição do jornal “O Setubalense”, portanto, este título é a opinião do Sr. Vereador Nuno Carvalho. Gostaria de saber que insinuação é esta e a que se refere. Acho que se queria ser intelectualmente honesto e sobre se a câmara distribui “tachos” isso não conheço. Fica muito mal o lançamento de insinuações na opinião pública e publicada e não o assumir aqui frontalmente e no debate político. Isso sim seria uma postura de honestidade intelectual. Espanta-me que haja aqui afirmações de não acesso à carta quando na passada sessão da Assembleia Municipal, no passado dia 23 de fevereiro, o Sr. Deputado Paulo Calado, eleito pelo PSD leu partes da mesma que pessoalmente eu não conhecia. Sabia apenas da existência da carta.

Querida ainda colocar uma questão à Sra. Presidente, se para si a carta é esclarecedora, ou não, e se há o entendimento que uma carta relativamente a uma matéria como esta e assinada pela Chefe de Gabinete do Sr. Secretário da Administração Local corresponde a um posicionamento do Governo, ou da Chefe de Gabinete. Não percebo que numa matéria como esta haja algo que é questionado. Uma câmara municipal questiona o Sr. Secretário de Estado da Administração Local e porque é que não é ele a assinar? Tenho uma dúvida sobre isso. Se calhar vamos ter ainda o Sr. Dr. Álvaro Saraiva a responder ao governo e a assinar as cartas da Sra. Presidente da Câmara e no respeito institucional entre órgãos. Tenho dúvidas, mas valia a pena discutir os termos concretos sobre os factos citados e a argumentação jurídica que é até citada para se chegar à conclusão que se podia e pode. O texto e o papel aguentam com tudo, só não sei é o que as inspeções da Inspeção-Geral de Finanças teriam concluído e que processos é que o município de Setúbal teria, e os próprios eleitos deste município teriam, se tivessem decidido em determinado momento uma taxa diferente da que o próprio IGF assumia. Portanto, não vale a pena fazermos esse tipo de discussão sobre se podia. Para clarificar, a Chefe de Gabinete do Sr. Secretário de Estado considera que podia. Fico satisfeito em saber que podemos passar a fazer essa discussão no momento certo e na altura devida, tal como aqui já tinha sido clarificado, e assumiremos essa discussão.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Querida fazer a defesa da honra uma vez que fui diretamente citado. Já vi os seis nomes sublinhados e pensei que fossem todos, mas quando vi o de Fernando Negrão, percebi que não eram todos. Parabéns pelo trabalho, são menos seis nomes e estamos de acordo.

Sra. Presidente – Mais uns quantos que nem sequer são de Setúbal, são das listas do PSD nacional. Faltam esses.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Tenho para mim que a questão do respeito daquilo que são as normas, é algo que deve sempre acontecer, e responder muito rapidamente às interpelações, incluindo a da Sra. Presidente. No que respeita ao artigo que escrevi é público e não é preciso lê-lo aqui, chama-se “Taxas e Tachos” e referia-me à eventualidade de existirem “tachos”, porque há um requerimento que há de ser respondido via Assembleia Municipal, acho eu. Não temos de duplicar requerimentos e quando ele vier confirmo se é um tacho, ou não, mas suspeito que sim. Não tenho, nem de perto e nem de longe, problemas em falar sobre isso. Se há pessoas que não são do concelho de Setúbal e que assinam a petição também há aqui membros neste executivo que porventura não residem no concelho de Setúbal. Até podem pagar IMI aqui e têm o direito de assinar a petição se quiserem. É preciso definir muito bem os critérios quando falamos dessas coisas.

Em último lugar, e como é evidente, não vou deixar de referir que o ponto principal que temos de discutir é a possibilidade de redução do IMI. Aguardamos nesse sentido que possam responder com clareza se a taxa pode baixar, ou não. Se puderem algum dia ler na parte respetiva da carta se há, ou não, referência à respetiva petição, que é assim tão desvalorizada, também ficava grato uma vez que me dei ao trabalho de ler o documento que se costuma entregar.

Sra. Presidente – Em relação a esta carta que foi feita pela Chefe de Gabinete do Sr. Secretário de Estado e assinada por ela, tive uma reunião com o Sr. Secretário de Estado para esclarecer isto e expliquei que a carta estava assinada pela Chefe de Gabinete e não por ele. Disse-lhe que lhe pedi uma reunião e não uma carta da sua Chefe de Gabinete. Mais, a Chefe de Gabinete até se estava a escusar a marcar a reunião. Ela fez o seu trabalho político. Pedi a reunião para dizer ao Sr. Secretário de Estado que finalmente havia uma clarificação, não da interpretação jurídico-legal do que estava para trás, pois ninguém continua a saber responder, mas esta carta era para ser ratificada por ele na nossa reunião e era válida. Finalmente íamos ter, preto no branco, algo esclarecido. É estranho que no decreto-lei de 2003, nunca ninguém tenha sido capaz de pôr isto preto no branco, em papel. Porquê? Já passou o Partido Socialista, o Partido Social Democrata, e só agora é que põem isto assim, e não tem tanto a ver com o decreto-lei. Foi porque se podia e pode, e deu jeito político à Chefe de Gabinete. Disse tudo isto ao Sr. Secretário de Estado. Porque é que não o fizeram antes? Hoje não é por força de uma petição, cuidado! Nada de enganar, nada de atirar serradura para os olhos! É porque o Orçamento de Estado diz claramente que pode. Ponto final. Não foi por causa de uma petição, basta ver quantas são feitas e dirigidas a vários organismos do poder local e central e não vão no sentido do que é pedido, porque às vezes não pode ser feito. Também a resposta que veio desta Secretaria de Estado não foi à petição. Foi o Orçamento de Estado que diz claramente que pode. Já a Chefe de Gabinete fez ali uma “perninha” e isto deu um “jeitaço”, e isto foi o que eu disse ao Sr. Secretário de Estado. Em relação a isto estamos claros como água. Já o que não está claro é que continuo sem perceber, e isto não vem em sítio nenhum, e nem no Facebook, porque é que o Partido Socialista e o Partido Social Democrata, e o CDS em termos de Assembleia Municipal, votaram contra a baixa do IMI dos 0,45% para 0,40%, na Assembleia da República e aqui fazem disto um cavalo de batalha! Porque é que estavam contra? Isto é um show-off e uma hipocrisia política! Pois bem, em altura própria vamos discutir em sede de discussão do IMI, e logo teremos as contas, porque todos fazem contas à vida, as pessoas e os partidos políticos, e alguns partidos até sobem a taxa em alguns municípios que até são do PS e do PSD, pois cada município sabe de si e das suas contas. Não me vou meter nesses municípios pois não tenho nada a ver com eles, mas aqui não admito que se diga, é já hoje! Não temos de dizer já coisa nenhuma. Estamos a 7 de março e não sei o que vai entrar ou sair amanhã, ou que despesas teremos. Estamos a fazer uma despesa, por exemplo, com o Portinho da Arrábida e que não era prevista. É uma despesa que devia ser paga pelo Governo, pela APA. Vamos ver

quando é que a APA nos paga e ainda estamos lá a fazer trabalho. Há estas coisas, mas também há coisas positivas como as previsões da receita a entrar. Não sei se elas se concretizam, ou não, portanto, não posso dizer mais. Isto é uma hipocrisia, show-off e de quem não tem mais nada para fazer, como se não houvesse mais nada no município para fazer ou com que se preocupar. Quando se discutir o IMI já se fez a prestação de contas em abril, já se recebeu IMI, já se gastou e já se recebeu dinheiro. Estamos à beira de fazer outro orçamento e essa é a altura de discutir se baixa, ou não, e ver o que acontece, em vez de estarmos agora à volta disto.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Podemos esclarecer que o Partido Socialista votou contra na Assembleia da República a possibilidade dos 0,40% precisamente por esse motivo que a Sra. Presidente disse aqui, que os próprios municípios é que sabem das suas contas a devem decidir, porque esta é uma capacidade que os órgãos municipais têm.

Sra. Presidente – Porque é que então votaram favoravelmente aos 0,45%? Também deviam dar aos municípios a prerrogativa de decidirem.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Porque apresentámos a proposta.

Sra. Presidente – Só são governo porque deixámos, nós e o Bloco de Esquerda. É só para lembrar que têm presidentes da república, porque nós votámos neles, por isso não nos tratem mal permanentemente.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Há outra coisa que gostava que ficasse bem clara, esta decisão por parte do Sr. Secretário de Estado é clarificadora, mas só veio agora e se viesse antes de outubro talvez não fosse tão bom para a Sra. Presidente.

Sra. Presidente – Não veio antes de outubro, porque não podia. O Orçamento de Estado já estava aprovado?

Sr. Vereador Fernando Paulino – A clarificação já estava feita, até pelo governo anterior. Esta foi uma forma mais taxativa e efetiva de fazer.

Sr. Vereador Fernando José – Sra. Presidente, apenas uma correção. Isto não é uma carta da Chefe de Gabinete, está assinada por ela. E passo a ler: “*Sobre o assunto em epígrafe, encarrega-me sua Excelência o Secretário de Estado das Autarquias Locais de informar...*” A Chefe de Gabinete em nome do Secretário de Estado fez o esclarecimento. É uma posição da Secretaria de Estado das Autarquias Locais.

Sra. Presidente – O senhor vereador, na gestão da sua direção também quer dizer: “Encarrega-me o Senhor Diretor...”, mas provavelmente o homem nem sequer sabe que você está a fazer as cartas. Às vezes são coisas de gestão corrente, são milhares de cartas que o pessoal da câmara escreve e que se iniciam sempre da seguinte forma: “Encarrega-me a senhora Presidente...”, no entanto, eu não sei. Não é o Diretor dos Recursos Humanos, António Pinto que por sua auto recreação manda uma carta para a Direção Geral das Autarquias Locais, referente ao mapa de pessoal e neste caso a carta seguiu nos seguintes moldes: “Encarrega-me a Senhora Presidente de mandar para a Direção Geral das Autarquias Locais o mapa de pessoal...”. É desta forma que se procede!
Eu sei que vocês sabem tudo, até sei que estavam à porta para saberem como é que era.

(intervenção Inaudível)

Sra. Presidente – Não me estou a arrepender. Claro que duvidei! Mas qual é o problema?

(intervenção Inaudível)

Sra. Presidente – Mas isso é depois de ver o trabalho, se for preciso repetir para bem de todos, tem que se repetir.

Submetida a votação, foi a saudação reprovada por maioria e em minuta, com 4 votos a favor dos Srs. Vereadores do PS e PSD e 7 votos contra da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Leu a recomendação n.º 02/2018, sobre o Imposto Municipal Sobre Imóveis, ficando a mesma anexa à presente ata, sob o registo n.º 10:

“O debate político no concelho de Setúbal tem sido muito marcado pela questão da redução do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e adoção do chamado “IMI Familiar”, um desagravamento progressivo para as famílias com mais dependentes a seu cargo

Considerando que:

- *O atual executivo da CDU, tornou público a mais recente reposta do Governo sobre a possibilidade de reduzir o Imposto Municipal sobre Imóveis.*
- *A CDU era a única força política que não aceitava a interpretação que seria possível a redução do referido imposto de acordo com comunicações anteriores.*
- *A CDU transmitiu publicamente que esta última comunicação afirma que assiste ao Município de Setúbal a possibilidade de livremente fixar o Imposto Municipal sobre Imóveis, não estando o mesmo obrigado a fixá-lo no seu valor máximo permitido por lei.*
- *A Assembleia Municipal de Setúbal reunida a 30 de junho de 2017 deliberou remeter para o executivo, agora em funções, o pedido da petição pública para redução do Imposto Municipal sobre Imóveis, para que fosse avaliado esse mesmo pedido havendo um esclarecimento cabal do Governo.*
- *A divergência sobre a existência sobre o esclarecimento cabal foi eliminada de acordo com a posição pública do executivo da CDU que concorda que pode ser fixada livremente o Imposto Municipal sobre Imóveis tal como todas as restantes forças políticas representadas na Câmara Municipal de Setúbal, designadamente PSD e PS.*

O Vereador da Câmara Municipal de Setúbal eleito pelo PSD recomenda que:

- *Seja assumido o compromisso político por todas as forças políticas representadas na Câmara Municipal de Setúbal para redução do Imposto Municipal sobre Imóveis do atual valor aplicado de 0,45% para 0,4%.”*

Submetida a votação, foi a recomendação n.º 02/2018, reprovada por maioria e em minuta, com 4 votos a favor dos Srs. Vereadores do PS e PSD e 7 votos contra da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Leu a recomendação n.º 03/2018, sobre a Taxa Municipal de Proteção Civil, ficando a mesma anexa à presente ata, sob o registo n.º 11:

“O serviço de proteção civil prestado pelo Município de Setúbal enquadra-se dentro das suas competências atribuídas por lei. Contudo apesar desta competência ser atribuída de forma igual a todos os municípios existem significativas diferenças no que concerne à execução desse serviço, exigindo a determinados municípios um esforço de execução orçamental significativamente diferente comparativamente a outros.

Deste modo apesar das competências atribuídas por lei serem as mesmas as condições que exigem um serviço de proteção civil preventivo e com capacidade de atuar face à concretização de riscos não podem ser as mesmas, exigindo que municípios, como o caso do Município de Setúbal, tenham que despender verbas superiores, retirando um princípio de equidade entre os diferentes municípios portugueses face ao esforço financeiro necessário para executar esta competência específica.

Na ausência de mecanismos legais que permitam compensar estes municípios por este esforço adicional é imperativo assegurar os meios de financiamento que compensem os

atuais e eventuais esforços nos meios humanos e materiais que determinados municípios têm a seu cargo.

Sublinhe-se que esta matéria tem especial relevo para o nosso país quando o próprio princípio de solidariedade existente entre municípios que emprestam os seus meios para combater calamidades em outros concelhos não pode ser limitado, antes pelo contrário, deve ser potenciado e para esse efeito não deve conhecer barreiras legais ou orçamentais – sublinhe-se que o próprio debate público em torno da proteção civil em Portugal tem na sua agenda a melhoria da eficácia de coordenação dos diferentes meios na prevenção e combate de riscos entre as diferentes entidades e geografias do país.

As necessidades mencionadas chocam agora com uma ausência de parte da receita do Município de Setúbal devido ao acórdão do Tribunal Constitucional que considera que a Taxa Municipal da Proteção Civil, adiante designada TMPC, aplicada em Setúbal não cumpre os requisitos de uma taxa pelo facto de falhar na sua associação direta a um serviço prestado - pressuposto que deve estar presente na aplicação de uma taxa.

Esta situação leva a que se estabeleçam duas prioridades, redefinir o quadro de financiamento do serviço da proteção civil devido à perda de parte da sua receita e iniciar o processo de devolução a munícipes e empresas que tenham pago a TMPC.

Deste modo, o Vereador eleito pelo PSD, recomenda:

- A identificação e categorização dos reembolsos da TMPC a realizar em valores inferiores a €5.000 para pessoas singulares e coletivas residentes em Portugal e que não possuam dívidas ao Município de Setúbal, até ao final do mês de abril, de forma a que estes reembolsos se processem de forma célere, preferencialmente por vale postal.

- Para as restantes pessoas singulares e coletivas que não preenchem os requisitos do número anterior os pagamentos serão processados de forma específica, após notificação por carta pelo Município de Setúbal.

- Que sejam identificados eventuais processos de cobrança referentes à falta de pagamento da TMPC, especialmente sobre a forma de processos judiciais de forma a por termo aos mesmos.

- Que sejam utilizados os meios de comunicação do Município de Setúbal, especialmente outdoors, site do Município e redes sociais para divulgação da data e forma em que irão ocorrer os reembolsos.

- Revisão do orçamento do Município de Setúbal de forma a retirar a receita previsional referente à TMPC e dotar o mesmo documento com as rúbricas que contemplem devolução da TMPC nos montantes e prazos fixados bem como a respetiva diminuição de rúbricas que permitam assegurar a dotação prevista no respetivo orçamento para a assegurar os serviços referentes à proteção civil.

- Reforçar junto do Governo as necessidades específicas de financiamento do serviço de proteção civil em Setúbal informando factualmente onde as mesmas se verificam por comparação à maioria dos municípios em Portugal de forma a debater os meios compensatórios pelas especificadas identificadas."

Submetida a votação, foi a recomendação n.º 03/2018, reprovada por maioria e em minuta, com 4 votos a favor dos Srs. Vereadores do PS e PSD e 7 votos contra da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU.

Sra. Vereadora Carla Guerreiro – Leu a moção "8 de março, Dia Internacional da Mulher", ficando a mesma anexa à presente ata, sob o registo n.º 12:

"Em todo o mundo, apesar das profundas diferenças sociais, económicas e culturais existentes, as mulheres continuam a ser discriminadas mesmo nos países onde conseguiram ver os seus direitos reconhecidos, depois de anos de duras lutas. Mesmo em muitos desses países onde são maioritárias na população e nas suas aptidões profissionais nas várias áreas das ciências, das artes, das humanidades continuam subalternizadas nos cargos de direção e chefia, onde continuam minoritárias contra todas as evidências.

A situação agrava-se em vastas regiões do mundo onde à mulher não são reconhecidos direitos essenciais, como é retratado em vários relatórios das instituições internacionais. Desigualmente em todo o mundo, com singularidades variáveis de país para país, continuam a verificar-se situações de discriminação das mulheres que não se podem nem devem silenciar, apesar das mulheres serem protagonistas e estarem na primeira linha das mais significativas mudanças dos últimos séculos.

Ao longo do tempo, as muitas conquistas feitas pelas mulheres e pelos homens que as apoiaram, por direitos sociais e políticos, pelo direito ao trabalho e a salário igual, contra a violência, o tráfico de seres, a exploração sexual, pela paz e a cooperação entre os povos não anulam tudo o que as mulheres ainda têm para conquistar até não haver diferenciações que tenham por base o género.

Por tudo isto, mais uma vez como o fará sempre enquanto as desigualdades por mínimas que sejam persistam, a Câmara Municipal de Setúbal saúda todas as mulheres, em particular as setubalenses e azeitonenses, neste dia que em todo o Mundo celebra a Mulher.”

Submetida a votação, foi a moção aprovada por unanimidade e em minuta.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Leu a moção “Dia Internacional da Mulher”, ficando a mesma anexa à presente ata, sob o registo n.º 13:

“Como afirmou Simone de Beauvoir: “A condição de ser homem parece ser definida como a condição base do eu nas sociedades, e a de ser mulher aparece quase sempre como uma condição secundária dependente da vontade e do estatuto que o homem lhe permita ter”.

A repetição deste tipo de pensamentos ao longo de muitos séculos contribuiu para que as raparigas e mulheres fossem sendo remetidas, por nascimento e educação, para condições sociais secundárias, onde deveriam aceitar desde cedo, o seu papel de suporte à família primeiro, mais tarde a um marido e posteriormente aos filhos.

Ao longo de séculos, o investimento educacional na mulher foi essencialmente remetido para a economia doméstica e tarefas complementares. A perpetuação deste mito, de uma condição feminina secundária, foi mantida até perto da revolução industrial. Deste tempo, surgiram os primeiros movimentos sufragistas por todo o mundo industrializado, começando nos EUA e logo depois em Inglaterra. Gradualmente o voto feminino e o reconhecimento de maior paridade tornaram-se uma realidade incontornável.

A luta das Mulheres pela igualdade de Direitos Humanos e de oportunidades, continua, porém, neste mesmo século. Continua porque é necessária.

Porque ainda demasiadas mulheres são impedidas de concretizar o seu potencial de vida, pelos preconceitos, pela violência nos namoros e casamentos, pelo assédio e violência sexual, em troca por vezes apenas da vida ou da subsistência, como acontece um pouco por todo o mundo.

Em 2018, o 8 de março ocorre durante um movimento global, sem precedentes, por direitos, igualdade e justiça. O assédio sexual, a violência e a discriminação contra as mulheres capturaram as atenções e o discurso público, com crescente determinação a favor da mudança. Pessoas de todo o mundo mobilizam-se por um futuro mais igualitário, por meio de protestos e campanhas globais.

Movimentos como o #MeToo, nos Estados Unidos, originou reflexos no mundo inteiro, incitaram ao aparecimento de novas iniciativas que promovem a discussão de temas, que vão desde a questão da igualdade salarial, ao assédio no local de trabalho, até à representação política das mulheres.

O Dia Internacional da Mulher, é uma oportunidade para transformar esse impulso, em medidas concretas de empower, de capacitação das mulheres de todos os ambientes, e de

reconhecer as e os ativistas, que trabalham na reivindicação de direitos e no desenvolvimento pleno. Também aqui em Setúbal temos um longo trabalho pela frente como autarcas, perante os desafios que nos são colocados.

Cumpra-se então recordar, em mais um Dia Internacional da Mulher que:

*-Todas as Mulheres nascem seres Humanos com igual potencial ao dos homens.
-Que o caminho já feito, na conquista dos Direitos da Mulher, jamais seja invertido.
-Que os novos caminhos preconizem medidas; na realização da paridade nos Órgãos de responsabilidade política, na implementação de horários laborais mais amigos das famílias, nas responsabilidades parentais partilhadas, na proteção eficaz dos direitos à auto realização, de todas as pessoas, na legislação e medidas intransigentes face a todo o tipo de violência contra mulheres e raparigas.*

Nas palavras do Secretário Geral da ONU, Antonio Guterres, “alcançar a igualdade e capacitar mulheres e raparigas, é o objetivo inacabado do nosso tempo, e o maior desafio dos direitos humanos no nosso mundo”.

Pois afinal de contas, a luta por Direitos Humanos é sempre uma luta que eleva toda a Humanidade, Mulheres e Homens em conjunto.”

Submetida a votação, foi a moção aprovada por unanimidade e em minuta.

Sr. Vereador Pedro Pina – Leu a saudação “Vitória Futebol Clube”, ficando a mesma anexa à presente ata, sob o registo n.º 14:

“O Vitória Futebol Clube, recente vencedor do prémio de melhor Clube Desportivo na Gala do Desporto de 2017, esteve em destaque em várias das suas modalidades no passado fim-de-semana.

*Na modalidade de **Taekwondo**, reativada em 2017 após um interregno de vários anos, Ana Mira foi campeã nacional em seniores femininos na categoria de Combates -57Kg nos Campeonatos Nacionais de Juniores e Seniores disputados na Nazaré.*

João Costa foi vice-campeão nacional de Combates em juniores masculinos, na categoria de +78 kg, e o Vitória FC sagrou-se ainda vice-campeão nacional por equipas em seniores femininos.

*Na **Ginástica**, Rui Domingos ficou apurado para o Campeonato da Europa de Trampolins, que se realizará em abril em Baku, capital do Azerbaijão. Este resultado foi obtido nas jornadas de apuramento disputadas no Centro de Treinamento de Santo Estevão, em Santarém.*

Rui Domingos tem 16 anos, recebeu o prémio de atleta masculino esperança do ano na Gala do Desporto 2017 pela conquista do campeonato nacional júnior de elite em duplo minitrampolim, pela medalha de bronze na Taça de Portugal Júnior em trampolim individual, entre outras conquistas.

*No **Atletismo**, os Campeonatos Nacionais de Crosse Curto de Desporto Escolar disputada na Pista de Crosse das Açoteias (Algarve) valeram o apuramento a Inês Borba para o Campeonato do Mundo, que se realizará em Paris, no mês de abril.*

Inês Borba, 15 anos, foi também considerada a melhor atleta esperança feminina na Gala do Desporto, garantiu o apuramento ao classificar-se em terceiro lugar, numa prova que não é da sua especialidade, foi está acostumada a correr em Pista. Foi em Pista que se sagrou campeã nacional juvenil nos 1.500 metros e vice-campeã nacional nos 800 metros, nos Campeonatos de Pombal de Janeiro de 2018.

Na mesma jornada dos Campeonatos Nacionais de Crosse Curto para Seniores e Veteranos, o vitoriano Silvestre Gomes foi campeão nacional no escalão +60 anos.

A Câmara Municipal de Setúbal saúda o Vitória Futebol Clube e os atletas citados pelo brilhante trabalho desenvolvido nas diversas modalidades e diferentes escalões.”

Submetida a votação, foi a saudação aprovada por unanimidade e em minuta.

4

Sr. Vereador Pedro Pina – Leu a saudação “Arrábida Trail Team”, ficando a mesma anexa à presente ata, sob o registo n.º 15:

“A Câmara Municipal de Setúbal saúda a equipa AMCF – Arrábida Trail Team, secção de corrida de trilhos da Associação de Moradores do Casal das Figueiras pela conquista da Taça de Portugal de Trail Ultra Endurance 2018.

A prova, designada IX Trail de Conimbriga, Terras de Sicó, tem uma distância de 111 Km, foi realizada no passado dia 24 de fevereiro de 2018, em Condeixa-a-Nova.

Para o triunfo coletivo, contribuíram as prestações dos atletas Bének Moraes, Rui Luz e Rodrigo Noivo Gregório, 5.º, 6.º e 9.º classificados da geral respetivamente, tendo o grupo sido constituído também pelos atletas Paulo Lopes, 11.º classificado da geral e Vítor Pinto, 43.º classificado da geral.

Para além da conquista coletiva, a tricampeã Nacional de Trail Ultra Endurance, Sofia Roquete, foi a vencedora feminina da Taça de Portugal de Trail Ultra Endurance, batendo o recorde da prova feminino com 13H38M30S e tendo alcançado um excelente 22.º lugar da classificação geral absoluta.

Sofia Roquete encontra-se apurada para a Taça do Mundo de Trail que se realizará em maio, em Valência (Espanha).

A Câmara Municipal de Setúbal deseja os maiores sucessos ao Clube e a sua secção, e felicita pela contribuição no prestígio e reconhecimento de Setúbal no desporto nacional e internacional.”

Submetida a votação, foi a saudação aprovada por unanimidade e em minuta.

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A Ordem de Trabalhos da reunião, entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2, do artigo 25.º, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 44/15, de 07 de janeiro, consta em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 16.

Índice

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
 - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação).**
 - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia.**
- B) Período da Ordem do Dia**
 - 1. Deliberação n.º 66/18 – Proposta n.º 04/2018 – GAP – Empreitada “Requalificação do parque escolar – 3.ª fase” – Concurso público – Não adjudicação e revogação da decisão de contratar – Abertura de novo procedimento por consulta prévia – Ratificação do despacho.**
 - 2. Deliberação n.º 67/18 – Proposta n.º 18/2018 – DAFRH/DIGEF/SECONT – Constituição do fundo de maneiço para a atividade “Festa Ilustração”.**
 - 3. Deliberação n.º 68/18 – Proposta n.º 19/2018 – DAFRH – Regulamento da Taxa Municipal de Proteção Civil (TMPC) – Revogação.**
 - 4. Deliberação n.º 69/18 – Proposta n.º 20/2018 – DAFRH – Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Setúbal – 2018.**
 - 5. Deliberação n.º 70/18 – Proposta n.º 06/2018 – DURB/DITA – Isenção de pagamento das taxas administrativas inerentes ao pedido de emissão de certidão anterior a 1951 – Jorge Manuel Gonçalves Gamito – Travessa da Eira, 10 – Freguesia de Sebastião.**
 - 6. Deliberação n.º 71/18 – Proposta n.º 17/2018 – DAFRH/DIRH – Regularização extraordinária dos vínculos precários – Lei n.º 112/2017, de 20 de dezembro – Recrutamento de trabalhadores para ocupação de postos de trabalho titulados por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado previstos e não ocupados no mapa de pessoal do Município de Setúbal para 2018.**

7. *Deliberação n.º 72/18 – Proposta n.º 03/2018 – CBSS – Aceitação de doação ao Município, efetuada pela empresa “K-Med XXI, Lda.”.*
 8. *Deliberação n.º 73/18 – Proposta n.º 24/2018 – DCED/DICUL – Isenção de taxas de cedência em equipamentos culturais municipais.*
 9. *Deliberação n.º 74/18 – Proposta n.º 25/2018 – DCED/DICUL – Aceitação de doações – X Concurso de Fado de Setúbal.*
 10. *Deliberação n.º 75/18 – Proposta n.º 26/2018 – DCED/DICUL – Apoio à realização do XIX Concurso Literário Manuel Maria Barbosa du Bocage.*
 11. *Deliberação n.º 76/18 – Proposta n.º 27/2018 – DCED/DIDES – Rugby Europe Trophy – Jogo Portugal Suíça – Preço de venda de bilhetes.*
- C) *Período destinado à intervenção do Público*

1. Deliberação n.º 66/18 – Proposta n.º 04/2018 – GAP – Empreitada “Requalificação do parque escolar – 3.ª fase” – Concurso público – Não adjudicação e revogação da decisão de contratar – Abertura de novo procedimento por consulta prévia – Ratificação do despacho

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 17 e 18, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

2. Deliberação n.º 67/18 – Proposta n.º 18/2018 – DAFRH/DIGEF/SECONT – Constituição do fundo de maneiio para a atividade “Festa Ilustração”

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 19, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

3. Deliberação n.º 68/18 – Proposta n.º 19/2018 – DAFRH – Regulamento da Taxa Municipal de Proteção Civil (TMPC) – Revogação

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 20.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Serei muito breve, apenas para reforçar um ponto que já estava expresso na anterior reunião de câmara e também estava expresso na recomendação que aqui propus e que foi chumbada pela maioria da CDU. Tem a ver com a continuação de manifestar não só a minha disponibilidade, mas também a preocupação de, independentemente daquilo que será o futuro reembolso às respetivas empresas, expressar e sublinhar muito fortemente aquilo que é a preocupação e disponibilidade no que diz respeito à receita necessária para o serviço de Administração Municipal da Proteção Civil. Deixei bem claro na recomendação, tendo até por base aquilo que foram as intervenções do vereador Carlos Rabaçal, chamando à atenção dos outros municípios. Mantenho essa questão, porque é muito importante envolver toda a oposição, uma vez que a situação é independente da outra. Uma coisa são votações e posições políticas! Da minha parte essa preocupação mantém-se e creio que, com certeza que o município terá no futuro uma resposta da parte das entidades, face ao esforço desproporcional que tem, comparativamente a outros, para a prestação deste serviço da proteção civil.



Sr. Vereador Fernando José – Deixando de estar em vigor o Regulamento da Taxa Municipal de Proteção Civil, o protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Setúbal e a empresa Águas do Sado deixa de estar em vigor, nos termos do n.º 1, da cláusula 12.A desse protocolo, o qual foi aprovado no dia 17/2/2012, pela deliberação n.º 321/2012. Atento ao n.º 2 dessa deliberação deverá esta cessão de vigência ser devidamente divulgada no “site” do município e comunicado também à segunda outorgante.

Cabe perguntar, se existem processos que se enquadrem no n.º 5, da cláusula 4.ª, desse protocolo?

Se a Câmara Municipal de Setúbal irá proceder à devolução dos valores indevidamente cobrados, assumindo ou não, os valores cobrados pela segunda outorgante nos termos do n.º 2, da cláusula 5.ª, desse mesmo protocolo?

Sr. Vice-Presidente – Este sim, é que é um assunto para os chefes de gabinete e para os serviços darem sequência às deliberações do executivo municipal. Os serviços tratarão de dar execução prática às consequências da deliberação do município, que revogou o Regulamento e tratarão de operacionalizar as consequências dessa deliberação.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Há pouco disse, que o Partido Socialista tinha feito um elogio ao Governo do PS e associou-se às medidas que estão a tomar, mas dissociou-se, quando dá jeito, desta medida que tomou, que foi a criação da taxa. Não criticou, limitou-se a dizer que votava contra. Acho interessante esta dicotomia comportamental, do ponto de vista político, em relação ao PS.

O Governo, como aqui expliquei na reunião anterior, retirou o financiamento à Proteção Civil Municipal e entregou o dinheiro, que era direcionado para os bombeiros e para os municípios, à proteção civil nacional. Trata-se do dinheiro do jogo, do 1% do seguro de incêndio de cada munícipe. A solução que encontrou foi a taxa, mas pelos vistos enganou-se. Estive com o senhor Ministro Eduardo Cabrita ao qual foi colocada a questão e de acordo com o Senhor Ministro, o Governo vai corrigir essa linha de trabalho e eventualmente irá estudar a hipótese de haver um imposto para a Proteção Civil, o qual levará à Assembleia da República, considerando que não é possível manter a situação do financiamento da proteção civil municipal nos termos em que hoje se encontra.

Parece que o Governo está a trabalhar nisso, mas não sei no que irá resultar, não sei o que os outros partidos representados na Assembleia da República vão decidir. Este movimento do Governo confirma o que nós dissemos: *“A responsabilidade das soluções de financiamento da Proteção Civil é do Governo da República”*.

A solução encontrada foi errada e estão à procura de uma solução que seja viável. Queria deixar aqui muito claro, para não existirem dúvidas sobre aquilo que está em causa.

Em relação ao processo de devolução, como disse muito bem o meu colega, começamos hoje formalmente e seguirá o seu caminho normal, sem inquietações.

Sra. Presidente – Em relação às questões colocadas pelo senhor vereador Fernando José, de algum modo foram respondidas pelo vereador Carlos Rabaçal.

É preciso dizer que foi o Governo do Partido Socialista que criou esta alhada, nunca assumiu como despesa governativa a questão dos bombeiros e da proteção civil, nunca assumiu como devia ter feito, *“chutou”* para o lado e o povo que pague. *“Chutou”* para os municípios e os municípios que criem as taxas, depois vem o Tribunal dizer que a mesma foi criada pelos municípios, em vez de ter sido criada pela Assembleia da República.

Já explicámos que estamos em conversações com o município de Lisboa para fazermos uma ação em conjunto. Estamos a aguardar as decisões que o senhor Presidente da Câmara de Lisboa está a encetar com alguns constitucionalistas, depois veremos em conjunto, junto do Governo, como é que vamos resolver este problema. Da nossa parte estamos a fazer aquilo que nos compete fazer. Dentro do possível, os processos que já estavam identificados e que vieram solicitar devolução por via do Tribunal já estão a ser pagos. Estamos a fazer a

revogação dessa deliberação, estamos a tirar da Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município a Taxa Municipal de Proteção Civil, que vem nesta lista.

Já foi informada as Águas do Sado, não do ponto de vista formal, mas informal, porque só poderá ser informada formalmente depois de a deliberação ser aprovada na Assembleia Municipal. Vai ter que ser criado outro imposto para substituição, que está a ser visto com o próprio Governo. Como disse o vereador Carlos Rabaçal o senhor Ministro da Administração Interna já se mostrou disponível para a resolução deste problema, que afeta proteção civil e bombeiros. Vamos ver o que é que vai acontecer, mas estamos em sintonia com a Câmara de Lisboa e com o próprio Governo, no entanto, se isto demorar muito tempo teremos que tomar outras medidas.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

Sr. Vereador Fernando José – Fez a seguinte declaração de voto: *“Acreditando que o Governo em diálogo com a Associação de Municípios, em encontrar uma solução, os vereadores do Partido Socialista de Setúbal votaram favoravelmente a proposta de revogação do regulamento da taxa municipal de proteção civil, mas entendem que hoje deveriam ter sido trazidos a esta câmara, um plano de reembolso das receitas cobradas, assim como a retificação ao orçamento municipal. Ficamos a aguardar que os referidos documentos sejam apresentados em próxima reunião de câmara.”*

4. Deliberação n.º 69/18 – Proposta n.º 20/2018 – DAFRH – Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Setúbal – 2018

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 21 a 23.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Sobre esta matéria queria apontar dois pontos e terei que ser obrigatoriamente sucinto.

No que diz respeito à questão dos marmoristas chamo a atenção do seguinte. Fiz um requerimento nesse sentido também. A taxa que é estabelecida que me parece fazer todo o sentido, enquanto taxa para aqueles que são os construtores, como ela própria faz referência, obriga determinadas regras e obriga a determinadas licenças, como o IMPIC – Instituto dos Mercados Públicos do Mobiliário e da Construção, seguros e outras, mas está mal aplicada, em função daquilo que os marmoristas se manifestaram. Uma coisa é uma edificação que está assente, tem alicerces que correspondem a uma construção, algo diferente é aquilo que é a sua atividade, que é chegar ao local e assentar uma caixa em mármore. Os marmoristas não fazem construção, eles levam uma construção já feita e colocam-na. Trata-se de uma colocação ou de uma ornamentação.

Esta taxa está bem elaborada e bem pensada, porque não se pode ter alguém a construir no cemitério sem mais nem menos e há edificações que podem ser realizadas no cemitério, contudo a aplicação da taxa a determinados tipos de atividades, como esta que é simples, que nem à luz do IMPIC ela conhece qualquer tipo de licença, pode chocar e pode fazer com que, mesmo que os marmoristas queiram pagar a taxa, não têm como apresentar os documentos, porque o IMPIC não lhes permite que exista uma licença para fazer uma atividade simples como essa. Por esta razão sugeria que fosse revisto, não no sentido da taxa em si, mas da sua aplicabilidade, que é uma coisa bem diferente. Não faz sentido ser retirado, foi muito bem pensado, porque poderia representar um perigo se houvessem empresas a atuar, por exemplo na construção de ossários sem terem as seguranças necessárias.

A segunda questão tem a ver com a taxa a aplicar sobre as esplanadas fechadas, a qual já tinha mencionado na anterior reunião de câmara. A ARESP foi consultada ou não?

Estes 25% que estão colocados não podem merecer uma reconsideração num valor mais reduzido, porque uma esplanada fechada não tem a mesma mobilidade que uma esplanada aberta. Aquilo que é uma esplanada fechada tem determinadas características de mobilidade, montar e desmontar são totalmente diferentes. Considerado como um incentivo a que as esplanadas fechadas fossem criadas pelo município, que até ajudou a organizar a Avenida, com a questão dos fogareiros, num trabalho de mérito, no entanto deveria de haver alguma atenção no que respeita a esta matéria.

Sra. Vereadora Eugénia Silveira – Relativamente à questão da taxa dos marmoristas, tivemos uma reunião no dia 17 de janeiro, com quatro marmoristas que colocaram estas questões que foram levantadas pelo requerimento que o senhor vereador entregou. Conforme abordado nessa reunião, relativamente à taxa associada à emissão da licença de construtor funerário, verificou-se que nos termos do Regulamento Municipal de Cemitérios, que foi publicada em Diário da República em 2016, os prestadores de serviços, construtores funerários e demais entidades tiveram oportunidade, durante esse período de discussão pública para se pronunciarem, mas não o fizeram embora tenham sido avisados que podiam fazê-lo e o Regulamento foi aprovado com estas taxas inerentes. É um facto que os marmoristas desenvolvem trabalhos no interior dos cemitérios, no âmbito de construtores funerários e têm realmente que ser sujeitos a pagamento destas taxas. Existem marmoristas que têm trabalho de construção mais expressivo que outros e nessa reunião ficou decidido que em termos de licenças de IMPIC e tudo mais, as mesmas só seriam aplicadas aos marmoristas que fossem efetuar trabalhos de jazigos e outras construções de grande porte e não aos jazigos que apenas tem umas laterais com 15 ou 20 centímetros de altura, porque isto não se pode considerar um construtor funerário, é alguém que não tem expressão ao nível da construção. Por falta de capacidade que os marmoristas demonstraram ter para o pagamento desta taxa, embora estejamos a falar de uma taxa no valor de 450€, por três anos, se dividirmos os 450€ pelos três anos dá 150€ por ano, não é assim uma taxa tão grande como parece. Relativamente a esta taxa foi combinado que pode ter um pagamento faseado. Esta taxa por três anos foi considerada para evitar que os marmoristas andem a entregar todos os documentos inerentes anualmente, pagando a taxa de três em três anos só terão que entregar esses documentos de três em três anos, o que facilitaria a vida dos marmoristas. Depois de ter falado com quem nos abordou, reiterámos que podiam fazer o pagamento das taxas no valor de 450€ pelo período de 3 anos e que as licenças, como a do IMPIC, só terão que ser apresentadas no caso de as construções serem de grande porte e não para a maioria dos trabalhos que são pequenos trabalhos de construção.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Quando recebi os senhores marmoristas eles chamaram-me a atenção, que a associação em que estão constituídos não é a mesma associação que foi consultada. Eles estão na associação que faz a extração e a transformação de mármore e não na associação da construção. Para efeito de futuro fica essa nota.

Sra. Presidente – Já não fazemos consulta a nenhuma associação. Está em discussão pública e as pessoas é que têm que reclamar.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Percebo o que está a dizer. A questão que estou a colocar é que voluntariamente a câmara envia umas notificações.

Sra. Presidente – A câmara já não está a fazer isso. A vereadora explicou bem o que está em causa. Há uma série de taxas muito pequenas, estamos a falar de 36€, de 50€ ou de 30€. Não percebemos, porque é que estas pessoas, na sua atividade recebem isto dos familiares do defunto e não podem pagar à Câmara Municipal. Trata-se de um equipamento, feito pelos impostos dos munícipes. Porque é que as pessoas que trabalham nesses equipamentos podem ganhar dinheiro que recebem das famílias e não podem pagar impostos?

Não percebemos, porque é que os marmoristas não podem pagar os impostos, uma vez que também gastam água, gastam luz, muitas das vezes é o pessoal da câmara que faz a limpeza do lixo que eles deixam, para além de termos que ser nós a fazer a manutenção dos trabalhos, no entanto, são eles que recebem das famílias o dinheiro que lhes é devido, mas não é isso que está em causa. Fica aqui o meu protesto!

É interessante terem feito estas reuniões, mas em sede própria não se terem manifestado!

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 7 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e 4 votos contra dos Srs. Vereadores do PS e PSD.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Fez a seguinte declaração de voto: *“O meu voto contra é sobre a questão das esplanadas, que frisei e não me respondeu, que é muito pesado, tal como lhe disse. Esse é o meu principal ponto de reprovação que conduziu ao voto contra.”*

5. Deliberação n.º 70/18 – Proposta n.º 06/2018 – DURB/DITA – Isenção de pagamento das taxas administrativas inerentes ao pedido de emissão de certidão anterior a 1951 – Jorge Manuel Gonçalves Gamito – Travessa da Eira, 10 – Freguesia de Sebastião

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 24 e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

6. Deliberação n.º 71/18 – Proposta n.º 17/2018 – DAFRH/DIRH – Regularização extraordinária dos vínculos precários – Lei n.º 112/2017, de 20 de dezembro – Recrutamento de trabalhadores para ocupação de postos de trabalho titulados por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado previstos e não ocupados no mapa de pessoal do Município de Setúbal para 2018

O Sr. Vice-Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 25.

Sr. Vereador Fernando José – Dizer ao Sr. Vice-presidente que irei fazer chegar o plano que me pediu ainda agora e também a indicação de uma formação sobre igualdade de género, da Fundação Europeia do Trabalho, que é gratuita e que os funcionários da Câmara Municipal de Setúbal também podem recorrer e a câmara não paga nada. Saudar a implementação do plano de regularização extraordinária dos vínculos precários na administração pública central e local e os partidos que suportaram esta medida, que visa acabar um dos maiores flagelos no mundo do trabalho. Neste campo, cabe enaltecer esta proposta, que visa acabar com 129 situações de precaridade laboral na Câmara Municipal de Setúbal, não que tenha sido vontade do executivo da câmara que estas situações existissem, mas a Câmara Municipal de Setúbal acabou por ter de recorrer a este tipo de situações, uma vez que esteve impedida durante vários anos de contratar. Penso que sejam estas situações que serão agora alvo de regularização.

Enaltecer esta proposta, porque neste sentido, esteve bem o executivo, nomeadamente o senhor Vice-presidente que tem a seu cargo o pelouro dos Recursos Humanos, pela apresentação desta proposta.

Sr. Vice-presidente, não se admire, porque enquanto uns o elogiam outros criticam-no.



Sr. Vice-Presidente – Com flores só posso retribuir com flores. Tenho que reconhecer que o Senhor Vereador também entendeu, reconheceu e sublinhou que os postos de trabalho eram precários por força das circunstâncias do quadro legal existente e da política que vigorava, mas que eram necessários aos serviços do município. Aí estamos juntos em dar a volta à situação política, que só uma geringonça é que permitiu repor no sítio, os direitos dos trabalhadores que estavam a trabalhar sem possibilidade de se vincular à administração. Muito obrigado pela sua disponibilidade quanto à colaboração para a implementação de regras que possam melhorar as relações e as condições de trabalho.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Relevar que desta proposta de 129 postos de trabalho, 70 são assistentes operacionais, significa que 54% são assistentes operacionais. Chamar a atenção para a importância da existência destes trabalhadores que já cá estavam em situação precária, da sua continuação e eventualmente o reforço de outros trabalhadores, tendo em conta que a Câmara de Setúbal trabalha com um número muito reduzido de trabalhadores, se compararmos com outras câmaras de equivalente dimensão. Este comportamento tem uma importância muito relevante, porque os trabalhadores da câmara em geral fazem mais barato e melhor do que os privados. Temos é poucos trabalhadores e não podemos ir tão longe quanto gostaríamos de fazer, seja nas oficinas, na área administrativa, na área técnica, em todos os setores.

Chamar a atenção para o seguinte. Os vínculos precários, os 100 mais, os contratos de emprego de inserção, todas essas soluções, vem dos Governos do Partido Socialista antes da troika e foram imposições de Governos do Partido Socialista. Só a introdução dos acordos com o PCP, com o Bloco de Esquerda, com os Verdes é que permitiu uma pressão muito grande para que essa regularização se fizesse, mesmo assim não foi fácil que ela evoluísse.

É muito importante esta solução e esta resposta, creio que deveríamos ter presente que a base, a lógica, o normal é a estabilidade dos trabalhadores e isso tem que ser garantido, admitindo situações de precários temporários, por urgência imediata de contratação é uma exceção.

Trata-se de uma conquista muito grande dos nossos trabalhadores e é uma medida muito adequada esta decisão tomada, que foi possível pela correção de uma situação irregular, errada e sem sentido que vinha do passado, que criou muitos problemas aos municípios e que impediu os municípios, por impedimento real de recrutamento de trabalhadores, servir as populações. Temos 129 trabalhadores que estão a servir as populações, precisamos de mais trabalhadores para servir as populações, que agora irão servir com mais estabilidade laboral e isso é uma coisa muito relevante e é também o reconhecimento da resposta positiva que estes trabalhadores têm dado todos os dias, todas as semanas, todos meses, todos os anos, ao serviço da população de Setúbal.

Sr. Vice-Presidente – Falta-me dizer uma coisa fora do quadro das justificações políticas, que se justiça dizer agora para mais tarde ser lembrado. O que estamos a atualizar são os vínculos, não estamos a fazer um aumento do efetivo de trabalhadores do município, significa que continuamos nos limites. O setor operacional está com número de postos de trabalho em atividades que são indispensáveis no dia-a-dia, com muito pouca gente a exercer determinadas funções, o que significa que vamos ter que atualizar. Uma vez que o Governo parece que saiu das contas difíceis e do défice excessivo e agora reconheceu que o município de Setúbal saiu de uma situação de desequilíbrio financeiro, porque também é esse o reconhecimento que está implícito nessa carta, (oficializou-se que o município não está em desequilíbrio financeiro) e segundo o Orçamento de Estado deste ano vamos permitir normalizar o quadro de pessoal, de acordo como está a ser inventariada as necessidades, alargando em mais alguns postos de trabalho, para que o serviço público do município seja feito em condições normais. Este ano ainda teremos que alargar, já depois de resolvida esta prioridade dos vínculos precários.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

7. Deliberação n.º 72/18 – Proposta n.º 03/2018 – CBSS – Aceitação de doação ao Município, efetuada pela empresa “K-Med XXI, Lda.”

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 26 e 27, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

8. Deliberação n.º 73/18 – Proposta n.º 24/2018 – DCED/DICUL – Isenção de taxas de cedência em equipamentos culturais municipais

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 28, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

9. Deliberação n.º 74/18 – Proposta n.º 25/2018 – DCED/DICUL – Aceitação de doações – X Concurso de Fado de Setúbal

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 29, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

10. Deliberação n.º 75/18 – Proposta n.º 26/2018 – DCED/DICUL – Apoio à realização do XIX Concurso Literário Manuel Maria Barbosa du Bocage

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 30, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

11. Deliberação n.º 76/18 – Proposta n.º 27/2018 – DCED/DIDES – Rugby Europe Trophy – Jogo Portugal Suíça – Preço de venda de bilhetes

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 31, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

B) Período destinado à intervenção do público

Sr. Carlos Serra – O assunto já é do vosso conhecimento e está relacionado com o facto de as pessoas atirarem para o meu quintal todo o lixo, através de duas janelas construídas abusivamente no r/c e 1.º andar. Constatou-me que as pessoas em questão já foram notificadas pela câmara, por isso pedia à senhora Presidente que me dissesse a data em que as pessoas foram notificadas, para poder contar os 60 dias seguintes e saber quando seguem para o Ministério Público.

Em relação à colocação de pilaretes frente há minha propriedade privada, no n.º 63 da Rua Paulino de Oliveira, a câmara colocou dois vasos, mas os carros e motos estacionam nas laterais da propriedade, o que me impossibilita o acesso à mesma. Soube através de um membro da câmara que não podem colocar nada nas laterais, por essa razão solicitava que aproximassem os vasos da propriedade com uma distância de 1,20m. Continuo a não ter sossego quer dentro do quintal, quer na entrada da propriedade e como sabe sou uma pessoa doente. Um dos vasos ficou sem arbustos, porque foi arrancado por um dos brasileiros que estão a trabalhar no n.º 69, na mesma artéria.

Sra. Presidente – Em relação à primeira questão, tem que ir à fiscalização, no edifício Sado, porque como deve calcular não tenho em meu poder todos os processos. Agradeço que vá ter com o Eng. António Ferreira para poder consultar o processo e ver se já se encontra em condições para seguir para o Ministério Público.

Em relação aos vasos, vamos ver se conseguimos arranjar um funcionário que possa deslocar os vasos.

Sra. Ana Rosa Santos – O meu problema é simples e controverso. Existem umas barracas ao pé de mim, num processo que se arrasta há muitos anos, no Bairro Afonso Costa, que de acordo com a informação da funcionária Isabel Tomé, o processo já se encontrava na seção de obras, para que as barracas fossem demolidas. Passados seis meses voltei à Câmara e fui informada que o processo continuava na seção de obras, mas que já tinham indicação para a demolição das barracas. Venho saber qual a resolução que pode ser dada pela senhora Presidente, uma vez que estas barracas estão desocupadas há mais de quatro anos.

Sra. Presidente – Neste momento não sei qual o ponto da situação e tenho que ver como é que os serviços estão organizados para resolver esta questão. Amanhã ou depois de amanhã vamos falar consigo, para informá-la sobre o que irá ser feito.

Sra. Maria Laura – Antes de me sentar gostaria de distribuir uns documentos em mão, tanto à Sra. Presidente como ao Sr. Vereador Pedro Pina, que estão relacionados com a questão que vou colocar.

Peço desculpa por há pouco ter colocado o dedo no ar, quando houve a votação sobre o IMI. Antes da votação tive que tapar os ouvidos, porque se as coisas são resolvidas desta maneira, é normal que nunca se resolvam. Agradeço a todos os que estavam com a razão, que estão a lutar por uma situação que é do povo e que tem que ser resolvida. Os portugueses pagam e pouco lhes é dado. Muitas das vezes é nossa culpa se não nos interessamos pelas decisões que são tomadas, outras vezes é falta de informação.

Todos os anos por final de janeiro dirijo-me ao atendimento geral para saber das licenças. A Ribeirinha do Sado existe desde 1991 e eu sempre paguei as minhas taxas estipuladas pela câmara e a nossa licença era sempre enviada em janeiro para pagar até final de fevereiro. Depois da construção das esplanadas fechadas, no qual nos foi dado os primeiros dois anos de carência sem pagar, também nos foi dada um período em que a taxa seria fixa. O ano passado dirigi-me à câmara no mês de janeiro, mas ainda não havia indicação do valor da licença, entretanto mandaram-me o aviso da licença para pagar com o aumento. Como estranhei dirigi-me ao atendimento geral e pedi que me justificassem o referido aumento, porque não tinha sido esse o valor combinado quando estivemos lado a lado, com todo o

projeto polis. Os serviços da câmara aconselharam-me a escrever uma carta, que deixei no atendimento geral, no dia 18 de abril, porque a licença acabava no dia 2 de maio e não queria incorrer em coima. Passado 15 dias questioneei a resposta da minha carta e a funcionária do atendimento deu-me o contacto do senhor vereador Pina, que é muito charmoso, mas só hoje o conheci pessoalmente, mas pelo telefone era um senhor que me sacudia e dizia que ainda não sabia de nada, enquanto eu alertava para o limite da minha licença e que poderia incorrer em coima. Também a senhora Paula Santos informou-me que ninguém sabia de nada sobre o aumento, como tal deveria esperar, porque me iriam dar uma resposta por escrito. Continuei a insistir, mas via que o tempo ia passando, entretanto meteu-se o verão e esqueci o assunto, porque não tenho só as licenças para pagar, tenho muita coisa para fazer, para além de tudo o que me tem acontecido. Em véspera de ir de férias, mais uma vez, em novembro, voltei com outra carta a realçar que ainda não tinha sido dada resposta e que estava com a minha licença por pagar. Este ano no dia 26 de fevereiro dirigi-me novamente ao atendimento geral e apresentei o processo que agora vos entreguei cópia. Estou à espera de resposta e não tenho culpa que ninguém nunca me tivesse dito nada, porque não fugi ao pagamento. Não custava nada que houvesse uma justificação, que nunca existiu. Podem verificar em tudo o que foi feito, que não consta nenhuma resposta a este meu assunto.

Mediante os factos, que não é culpa minha e não estou a pedir para não pagar, estou a pedir que não seja castigada com coima do ano passado. No dia 26, em que me dirigi ao atendimento geral, mais uma vez peço esclarecimentos, mas a funcionária não soube responder e alertou-me para o facto de estarmos em 2018 e que a taxa da licença era referente a 2017. A funcionária do atendimento comunicou para os serviços, mas não sei quem é que respondeu, apenas terá recebido a informação no sentido de me informar que deveria escrever no livro de reclamações e para me preparar que iria pagar coima. Qualquer pessoa que atende o público tem que merecer a cadeira onde está e tem que tratar os outros como gostaria de ser tratada. Senti-me maltratada e achei que a pessoa em questão não saberá o que está a fazer, mas se está, é porque alguém o permite. Por acaso as funcionárias do atendimento geral que habitualmente me atendem e que são as mais antigas, só não fazem o que não podem.

Senhora Presidente houve resposta a todas as taxas, a todos os assuntos, mas o assunto esplanada morreu por ali. Falou-se nos mortos, mas os vivos ficaram esquecidos.

Senhora Presidente preciso de saber o porquê destes 25%, quando o ano passado já tinha sido aumentada sem ter sido previamente informada. Se há aumentos temos que ser aumentados, mas há que haver uma informação prévia.

Gostaria que a senhora Presidente se dirigisse ao local por conta das fotos que lhe dei. Também temos um assunto pendente desde agosto de 2016 para resolver, numa reunião pessoal em que estivemos as duas e o Sr. Eng. Ferreira. Já faz muito tempo, eu sou uma pessoa pequenina, mas com uma grande memória.

Sra. Presidente – Em relação a este último assunto não houve resposta, porque a pergunta foi colocada num batalhão de milhares de taxas.

Sra. Maria Laura – Eu percebi e esperei.

Sra. Presidente – Percebeu, porque eu sei que você é uma mulher inteligente. Não foi por acaso, não foi inocente que aquela questão foi aqui colocada em declaração de voto, porque a senhora estava ali sentada e sabia do que é que vinha falar. Por acaso não falou de nenhuma outra taxa.

Sra. Maria Laura – Não tenho mais nenhuma.

Sra. Presidente – Mas existem milhares de taxas que podem tocar a outras pessoas. Não há mais nenhuma taxa a não ser a da pessoa que está ali sentada e isso traz “água no bico” e como foi colocado em sede de direito de declaração de voto, já não podia ter resposta, no

entanto, estou-lhe a esclarecer, por que razão não teve resposta. Não foi inocente da sua parte e como temos que conversar em relação a isso, depois posso-lhe a explicar mais coisas.

Sra. Maria Laura – E a resposta imediata, para que possa dormir descansada?
Não fugi ao pagamento, não quero pagar coima e quero saber se o aumento do ano passado tem a ver com o aumento que vão aplicar agora, porque não bate “*a bota com a perdígota*”.

Sra. Presidente – Está bem! Temos que ver isso, tenho aqui a relação das taxas e podemos verificar essa situação.

Sra. Maria Laura – Se o ano passado já tinha 1.700€ para pagar, este ano vou ter de pagar 3.400€. Quando se fala em margens de 30€ de taxa sinto-me muito prejudicada!

Sra. Presidente – Tem que esperar um pouco, no final dou-lhe resposta a estas duas questões.

Sr. Luis Teixeira – Amanhã celebra-se o Dia Internacional da Mulher e as mulheres que podiam ter vindo a esta reunião pública, solicitar aquilo que eu venho solicitar, estão ocupadas com “*mil e um afazeres*”. Continua a ser mais simples para um homem alterar a sua agenda e exercer a cidadania, do que para uma mulher fazê-lo. Em agosto passado a Assembleia da República, emitiu a recomendação n.º 175/2017, na qual recomenda ao Governo medidas para melhorar a qualidade dos cuidados de saúde materna e assegurar os direitos das mulheres na gravidez e no parto. A referida recomendação indica explicitamente o seu ponto 13, que se operacionalize a disponibilização de parto na água, no âmbito do Serviço Nacional de Saúde, dando prioridade às unidades hospitalares que já dispõe de condições para o efeito, nomeadamente o Hospital de São Bernardo em Setúbal. A recomendação faz hoje 31 semanas, mas parece que a administração do São Bernardo está com dificuldades em “*dar à luz*”, mesmo tendo todas as condições para o fazer, de hoje para amanhã. Como tal, solicito à Senhora Presidente e ao Vereador Ricardo Oliveira que detém o pelouro do Gabinete de Saúde, que através dos contactos institucionais que mantêm com o Centro Hospitalar de Setúbal, pressionem essa instituição para que cumpra aquilo que foi deliberado pela Assembleia da República, porque às mulheres e aos seus parceiros ou parceiras não pode ser negado o direito à liberdade de escolha no momento do parto e as crianças por nascer, merecem vir ao mundo de uma forma mais natural e tranquila.

Sra. Presidente – Senhora Maria Laura e para que fique registado em ata, o Senhor Vereador Pina (que me esqueci de dizer há pouco), não tem nada a ver com este assunto. Depois vai ter que me dizer os nomes das funcionárias, para que possamos conversar e tentar perceber como é que elas desconhecem, uma vez que isto é público e é aprovado na câmara. São os serviços que fazem o cálculo das taxas, nós aqui trazemos para aprovar e para discutir politicamente. São os serviços que fazem o cálculo dos aumentos. O Vereador Pina tem o pelouro da educação, cultura inclusão, desporto e museus, não tinha nada a ver com essa situação. Alguém vai ter que explicar, porque é que disse o nome do Vereador Pina e porque é que dizem que não sabem de nada, uma vez que isto é público e são elas que fazem os cálculos.

Temos que saber quem é que diz estas coisas, porque isso é muito grave.

(intervenção inaudível da parte do público)

Sra. Presidente – Quero saber quem é que estava no atendimento, para podermos chegar à outra funcionária. Tinha que ficar registado que o Vereador Pina não tem sequer esta área. “*Há mais Marias na terra*” Há um Amável Pina, que tem alguma coisa a ver com isto!

Augusto Cruz – Leu um documento, do qual fez entrega, ficando o mesmo arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 32.

A Sra. Presidente submeteu à votação e aprovação as deliberações tomadas em minuta, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, a Sra. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezanove horas e quarenta e quatro minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

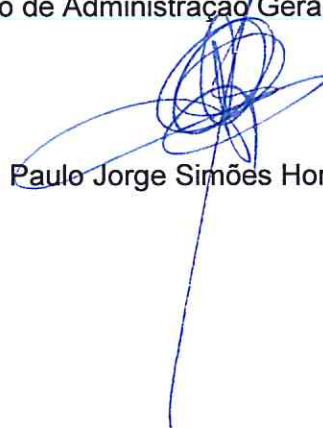
A Senhora Presidente da Câmara,



Maria das Dores Marques Banheiro Meira

Esta ata que foi aprovada em reunião de Câmara de 21 de março de 2018, por unanimidade, contém 30 folhas numeradas e rubricadas pela Sra. Presidente.

O Diretor do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos



Paulo Jorge Simões Hortênsio

Ata elaborada por:
Manuel Cordeiro; Vítor Marcos

Conferida por:
Ana Cristina Claro